

**CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA**

**ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL  
DA REGIÃO DE TRÊS BARRAS NO MUNICÍPIO  
DE CAMPO GRANDE – MS.**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
– MESTRADO ACADÊMICO -  
CAMPO GRANDE – MS  
2002**

**CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA**

**ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL  
DA REGIÃO DE TRÊS BARRAS NO MUNICÍPIO  
DE CAMPO GRANDE – MS.**

Dissertação apresentada como exigência parcial para  
obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento  
Local à Banca Examinadora, sob orientação do Prof.  
Dr. Luis Carlos Vinhas Itavo.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
– MESTRADO ACADÊMICO -  
CAMPO GRANDE – MS  
2002**

Oliveira, Carlos José de

Alternativas para o desenvolvimento rural da região de Três Barras no município de Campo Grande - MS / Carlos José de Oliveira. Campo Grande, 2003.

70 f; il. : 30 cm; anexos.

Orientador: Luís Carlos Vinhas Itavo

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local

Bibliografia: f. 61 - 66

1. Agricultura familiar 2. Propriedade rural 3. Agricultura e desenvolvimento econômico 4. Famílias rurais I. Oliveira, Carlos José de II. Título

CDD – 338.1098171

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador – Prof.º Dr.º Luis Carlos Vinhas Itavo

---

Profª Drª Maria Helena Rossi Vallon

---

Profª Drª Antonia Railda Roel

## **DEDICATÓRIA**

Dedico:

a Lucimar, minha companheira;

ao Lucas, Luciano e Carolina, filhos e amigos queridos;

aos pais, Maria da Conceição e José de Oliveira, que me ensinaram um  
jeito simples de caminhar.

## AGRADECIMENTOS

- Aos professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, em especial a Dr.<sup>a</sup> Cleonice Alexandre Bourlegat, professora e coordenadora do Curso;
- Ao Prof. Luís Carlos Vinhas Itavo, pela orientação;
- As professoras, Dr.<sup>as</sup> Maria Helena Rossi Vallon, Antonia Railda Roel e Elizabeth Zaleski, pelos esclarecimentos e sugestões a este estudo;
- Ao primo - irmão Maurício Nagem Jorge Saad, pelo apoio e vibrações positivas;
- A secretária Liliane, pela gentileza e presteza no apoio administrativo aos mestrandos;
- Aos colegas de Curso que me enriqueceram com as luzes dos seus conhecimentos acadêmicos;
- Às pessoas entrevistadas;
- A todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

*“Reequilibrar a presença humana no planeta é uma saudável utopia. Mas uma utopia em construção, e não apenas realizável como necessária. A sustentabilidade ou mesmo o futuro da humanidade passa por uma revisão profunda em termos de organização da sociedade em todas as suas expressões.” (VIVAN, 1998)*

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar alternativas para o desenvolvimento rural da região de Três Barras, localizada na região sudeste do Município de Campo Grande – MS, contextualizando fundamentos teórico - metodológicos de Desenvolvimento Local, indicando caminhos para que os pequenos proprietários rurais descubram seus potenciais endógenos e despertem para iniciativas coletivas próprias, visando a construção de uma melhor qualidade de vida para suas comunidades. O presente trabalho, poderá contribuir para subsidiar conhecimentos para aplicação de políticas públicas para a região objeto de estudo ou outras que apresentem um perfil semelhante. Para a realização deste estudo, consultamos documentos como atas, ofícios, relatos, pareceres técnicos, legislação e entrevistamos, como complementação das informações, os atores sociais direta e indiretamente ligados a região objeto de estudo. Este estudo indicou a existência de importantes alternativas para o fortalecimento das pequenas propriedades rurais na região de Três Barras, com base no interesse do atores sociais locais em agenciar mudanças que contemplem o interesse coletivo, entre elas o fortalecimento da instituição associativista, a luta para a criação de um Laticínio - Escola, beneficiando alunos e produtores de leite, bem como a industrialização da produção local, através da agroindústria rural de pequeno porte.

PALAVRAS-CHAVES: Agricultura familiar, pequena propriedade rural, desenvolvimento local.



## **ABSTRACT**

The objective main of this research is to identify alternatives for the country development of the zone of Três Barras, located in the southeast zone of the Municipal district of Campo Grande - MS, contextualize foundations theoretical - methodological of Place Development, indicating roads so that the small country proprietors discover your endogenous potentials and wake up for own initiatives, seeking the construction of a better life quality for yours community. The present work, for right, will contribute to subsidize knowledge for application of public politics for the area study object or another that present a comparable profile. For the accomplishment of this study, we consulted the existent documentation as minutes, occupations, reports, technical opinions, legislation and we interviewed, as complementation of the information, the direct and indirectly linked social actors the zone study object. This study indicated the existence of important alternatives for the invigoration of the small rural properties in the zone of Três Barras, have seen the local social actors' interest in negotiating changes that contemplate the collective interest, among them the invigoration of the associative institution, the fight for the creation of a Dairy product - School, benefitting students and producing of milk, as well as the industrialization of the local production, through the rural agricultural of small load.

**KEY WORDS:** Agriculture family, small rural property, local development.

## LISTAS DE QUADROS

- Quadro 1– PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES LEVANTADAS PELOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS ENTREVISTADOS NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE / MS POR ORDEM DE PRIORIDADE – 2001.....41
- Quadro 2– RESUMO DO DIAGNÓSTICO REALIZADO COM BASE NA ANÁLISE DE DADOS DAS ENTREVISTAS E DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DA REGIÃO DE TRÊS BARRAS EM CAMPO GRANDE – MS, NO ANO DE 2002.....44

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1– SITUAÇÃO ATUAL DO SOLO E RECURSOS HIDRICOS DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS LOCALIZADAS NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS – CAMPO GRANDE –MS, 2001 .....	37
Tabela 2– ESTRUTURA FUNDIÁRIA DAS PROPRIEDADES NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS NO MUNICÍPIO DE C.GRANDE/MS – 2001 .....	38
Tabela 3– DISTRIBUIÇÃO DA PRINCIPAL ATIVIDADE DA PEQUENA PROPRIEDADE NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE / MS – 2001.....	39
Tabela 4– SITUAÇÃO ATUAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS LOCALIZADAS NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS – CAMPO GRANDE /MS – 2001.....	40
Tabela 5– ESCOLARIDADE DOS PROPRIETÁRIOS E MORADORES DA REGIÃO DE TRÊS BARRAS - CAMPO GRANDE / MS – 2001 .....	42
Tabela 6– PRINCIPAIS PROBLEMAS LEVANTADOS PELOS PROPRIETÁRIOS RURAIS RELATIVOS A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS, POR ORDEM DE PRIORIDADE, EM 2001.....	45
Tabela 7– RENDA MENSAL BRUTA GERADA PELA PROPRIEDADE NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – MS NO ANO DE 2001 .....	46
Tabela 8– LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO LEITEIRA E PREÇO PAGO AO PRODUTOR NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS DE MAIO DE 2001 A MAIO DE 2002. ....	47

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1- REVISÃO DE LITERATURA .....	17
1.1 O desenvolvimento em escala humana .....	17
1.2 O desenvolvimento local.....	19
1.3 A agricultura familiar e sustentabilidade .....	24
1.4 Educação básica para o desenvolvimento .....	27
1.5 Associativismo e Cooperativismo.....	28
1.6 Diretrizes de políticas públicas .....	29
CAPÍTULO 2- MATERIAL E MÉTODO .....	33
2.1 Descrição do local da pesquisa .....	33
2.2 Caracterização da Pesquisa .....	34
2.3 Procedimentos .....	34
2.4 Análise dos Dados.....	35
CAPÍTULO 3- RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	36
3.1 Natureza e território .....	36
3.2 A propriedade rural .....	39
3.3 Educação básica .....	41
3.4 Organização comunitária .....	43
3.5 Oportunidades, perspectivas e desafios .....	44
3.5.1 Fortalecimento da Instituição Associativista.....	49
3.5.2 Criação de um Laticínio – Escola.....	50
3.5.3 Agroindustrialização rural de pequeno porte .....	52
3.5.4 Atuação das Instituições Públicas .....	54

CONCLUSÕES .....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	61
ANEXOS .....	67

## INTRODUÇÃO

A região de Três Barras localizada na região sudeste do Município de Campo Grande – MS, é oriunda da divisão da antiga Fazenda Três Barras, nome este proveniente do deságüe de 3 córregos. Possui inúmeras pequenas e médias propriedades rurais, boa fertilidade dos solos, proximidade do centro urbano, bem como uma comunidade harmoniosa, mas enfrentam os problemas inerentes as demais pequenas propriedades rurais brasileiras, relativo ao desenvolvimento.

O presente estudo, com base nos fundamentos teóricos e metodológicos de Desenvolvimento Local<sup>1</sup>, visa detectar e indicar meios para que os pequenos proprietários rurais membros da Associação de Moradores e Produtores da região de Três Barras, descubram o seu potencial endógeno, bem como possa fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas para a região.

A construção de novas instituições propícias ao desenvolvimento rural, consistirá em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela demanda econômica. O próprio crescimento urbano recente aumenta a procura por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consistirá em dotar as populações que vivem em áreas rurais das prerrogativas necessárias para que possam ser protagonistas centrais da construção dos novos territórios, conforme princípios estabelecidos na Agenda – 21 Brasileira (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

A mesma Agenda consolidou a idéia de que o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente devem constituir um binômio indissolúvel, que promova a ruptura do antigo padrão de crescimento econômico, tornando compatíveis duas grandes aspirações desse final de século: o direito ao desenvolvimento, sobretudo para os países que permanecem em patamares insatisfatórios de renda e de riqueza, e o direito ao usufruto da vida em ambiente saudável pelas futuras gerações, não deixando dúvidas de que os

---

<sup>1</sup> “o novo paradigma de desenvolvimento tem como ponto de partida a constatação de que a escassez dos recursos naturais e dos serviços ambientais já atingiu grau suficientemente elevado para constituir uma ameaça a continuidade do padrão de crescimento até agora seguido” (IPEA, 1996).

governos têm a prerrogativa e a responsabilidade de deslanchar e de facilitar processos de construção das agendas 21 nacionais e locais. A convocação para as Agendas, entretanto, depende da mobilização de todos os segmentos da sociedade, sendo a democracia participativa a via política para a mudança esperada. Assim, mais do que um documento, esta Agenda é um processo de planejamento participativo que diagnostica e analisa a situação do País, das Regiões, dos Estados e dos Municípios, para, em seguida, planejar seu futuro de forma sustentável (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

A Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR<sup>2</sup> além de constituir um fórum de debates para o setor, atendeu dispositivo legal para que o Município de Campo Grande – MS, fosse incluído no Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF, atribuindo-lhe especificamente a tarefa de criar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, para nortear planos e projetos para este setor.

Os trabalhos do Conselho Municipais de Desenvolvimento Rural no Município culminaram com a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR, para o Município de Campo Grande - MS, através da participação das diversas comunidades rurais, inclusive da região de Três Barras, propiciando a identificação de suas necessidades prioritárias, seleção e avaliação dos seus problemas eminentes e atuais, que após considerar os levantamentos preliminares da realidade rural do Município de Campo Grande – MS, delegou responsabilidade a Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Mato Grosso do SUL – EMPAER/MS, atualmente incorporada ao Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – IDATERRA, para coordenar os trabalhos de elaboração do PMDR CG/MS, contando com o apoio e informações complementares dos órgãos governamentais e não governamentais participantes do conselho, e também de órgãos estaduais e federais não participantes do conselho como IBGE e SEPRODES, entre outros.

As referências existentes no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR relativas à região de Três Barras, como derradeiros focos da resistência e presença da agricultura familiar, mas ressaltando a existência de um processo de depauperamento do

---

<sup>2</sup> O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Campo Grande/ MS, foi criado pela Lei nº 3.381, de 13 de outubro de 1997, sendo seu regimento interno regulamentado pelo Decreto nº 7.595, de 06 de fevereiro de 1998 – Diário Oficial de Campo Grande nº 22 de 09/02/98.

solo e comprometimento da fauna e flora local, causando constante e crescente diminuição da renda familiar, remete para uma avaliação referente à situação atual após a implementação de alguns projetos sugeridos no próprio PMDR, considerando que a referida região recebeu atenção especial antes de outras localidades do Município, através da extinta Coordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário que foi criada como órgão de assessoria ao gabinete do vice – prefeito<sup>3</sup>, e tinha como missão fazer a interlocução entre a comunidade rural do Município de Campo Grande e o poder executivo, culminando com a contemplação de um projeto piloto na região de Três Barras, onde foi iniciado um trabalho de Inseminação Artificial com vistas à melhoria do rebanho leiteiro e a criação de uma patrulha mecanizada, composta de um trator e grade aradora, para atender as pequenas propriedades rurais.

No momento em que se discute um novo papel para o meio rural, não mais apenas o de atividades exclusivamente agrícolas, mas de pluriatividades<sup>4</sup>, a elaboração dos planos municipais de desenvolvimento e a participação dos conselhos na discussão e definição do processo de planejamento e orçamento municipal, direcionando sua aplicação a serviço do desenvolvimento sustentável atualmente já constatados em várias partes do Brasil, com a transformação da realidade de muitos municípios que viviam a angústia da falta de novas perspectivas de crescimento econômico e social e hoje já colhem os frutos do investimento no potencial local. Muitos projetos foram desenvolvidos, resgatando a economia de localidades e também a cidadania dos moradores, com inegáveis fortalecimentos aos espaços locais e do capital social existentes.

A pequena propriedade rural na região de Três Barras no Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, não difere muito das demais propriedades localizadas nos

---

<sup>3</sup> Referente a administração de Campo Grande – MS, 1997/2000 e 2001/2004.

<sup>4</sup> “o rural vem se caracterizando como um espaço de **pluriatividades** e não mais apenas de produção agrícola, ou seja, de atividades, muitas delas tipicamente urbanas, ligadas ao turismo e ao lazer, à prestação de serviços e principalmente a agroindustrialização de pequeno porte” (PREZOTTO, 2001). Segundo Fuller (1990) Apud Campanhola (1999) “a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, em que se empreendem atividades agrícolas e não – agrícolas dentro e fora do estabelecimento e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos (rendimentos, rendas em espécie e transferências) Shucksmith et al. (1989) assumem que a pluriatividade é o resultado de uma ou mais estratégias das famílias agrícolas para a diversificação de fontes de renda. Esses autores incluem entre as estratégias: a) a busca de novos mercados em resposta a alterações nos preços relativos; b) as tentativas de redução de riscos; c) as mudanças no ciclo familiar; d) as mudanças na dinâmica interna da família; e e) as respostas à percepção de novas oportunidades de mercado. citação de Campanhola e Graziano ( 1999) em Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local.



demais estados brasileiros; caracterizando basicamente pela baixa renda gerada pela propriedade e sobretudo pelo baixo nível de organização dos produtores e trabalhadores e, de política pública fragmentária para o campo. Têm grande importância no município, como geradora de produtos agropecuários, com ampla fonte de empregos, baixo custo social e sobretudo como fator de equilíbrio da dinâmica populacional.

O objetivo deste estudo foi identificar alternativas para o desenvolvimento rural através da análise de pluriatividades da pequena propriedade rural na região de Três Barras localizada no município de Campo Grande – MS, no contexto de Desenvolvimento Local.

Constitui senso comum o conhecimento do qual a pequena propriedade rural brasileira enfrenta grandes dificuldades para sua consolidação enquanto pequena empresa rural, o que propomos neste estudo é responder a seguinte pergunta: Há alternativas para o desenvolvimento rural da região de Três Barras localizada no Município de Campo Grande em Mato Grosso do Sul ?

## **CAPITULO 1**

### **REVISÃO DE LITERATURA**

#### **1.1 DESENVOLVIMENTO EM ESCALA HUMANA**

O alicerce teórico da presente pesquisa é o novo paradigma do desenvolvimento humano, onde todos os indivíduos possam desenvolver o máximo de suas capacidades, e fazer delas o melhor uso em todos os campos: econômico, social, cultural e político. O universalismo dos direitos da vida, ligando o desenvolvimento humano com as exigências relativas à preservação do ambiente, é uma garantia de oportunidades para as gerações futuras. O desenvolvimento sustentável não faz sentido se não for capaz de eliminar a fome, a miséria e a indigência, mas sim permitindo o acesso a uma qualidade de vida digna a todas as pessoas. Todos os indivíduos possuem capacidades latentes, necessitando apenas do direcionamento e de oportunidades para sua eclosão. Cabe aos governos e a sociedade organizada como um todo, desenvolver o espírito de solidariedade e de equidade para que todos possam usufruir o mesmo nível de bem estar, oportunizando também as mesmas condições para as gerações futuras (IPEA/PNUD, 1996).

Minayo (1997: p.13). afirma:

As sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetando para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social. Por isso, também, as crises têm reflexo tanto no desenvolvimento como na decadência de teorias sociais.

A cidade de Campo Grande começou a ser colonizada no início deste século com migrantes vindos, de São Paulo e depois do Paraná, adotando assim características de frente pioneira. Além de o sistema viário contribuir com a colonização, houve a política de colonização por parte do governo federal desde 1923, através da Assembléia Constituinte,

preocupados em ocupar os espaços vazios e ainda a valorização das terras dos Estados do sul do país. Estes fatores respondem à necessidade de expansão do capital das regiões mais avançadas do país para as mais periféricas durante o processo de consolidação do capitalismo nacional (BOURLEGAT,2000).

O desenvolvimento local baseia-se fundamentalmente na promoção do ser humano, em todas as suas potencialidades, buscando transformar práticas difusas e isoladas no tecido da sociedade, em processos de cooperação e parceria no âmbito das políticas públicas, conferindo-lhes consistência, legitimidade, escala, continuidade, possibilidade de avaliação e replicação (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

As novas formas de planejamento e gestão, permitindo que tanto o governo como as sociedades potencializem o *capital social*<sup>5</sup> existente no país, concebido em suas diversas modalidades de associativismo, emergentes do Terceiro Setor, produzindo novos atores e novas institucionalidades. Todavia, a consolidação desses novos modelos de planejamento e gestão exige a promoção das capacidades individuais e institucionais, respondendo, assim, ao difícil problema exposto pelo despreparo de indivíduos e, conseqüentemente, das instituições orientadas para fins públicos, tanto dentro como fora do Estado. Trata-se, portanto, de considerar a relevância do *capital humano*<sup>6</sup> como fator de desenvolvimento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

A participação social, cultural, política e econômica significa que as pessoas intervenham nos processos econômicos, sociais, culturais e políticos que afetam as suas vidas e que, de maneira permanente, tenham a possibilidade de tomar suas próprias decisões (TORRAS,1995).

Essa *expansão das liberdades reais (substantivas) ou possibilidades de escolha dos indivíduos* só pode ocorrer se forem garantidas três premissas básicas do que se costuma chamar de qualidade de vida: viver uma vida longa e saudável, ser instruído e gozar de um nível de vida adequado. Com essa definição qualquer país, região ou local pode ser avaliado segundo suas realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento: longevidade, conhecimento e padrão de vida. Foi então construído um índice composto por três variáveis relativamente simples: esperança de vida, nível

---

<sup>5</sup> capital social: Conjunto de valores éticos morais e intelectuais atribuídos à comunidade.(UCDB - DL,2000)

<sup>6</sup> capital humano: Conjunto de valores morais e intelectuais atribuídos ao ser humano.(UCDB - DL,2000)

educacional e PIB real *per capita*. Surge, assim, uma medida ajustada com o melhor conceito de desenvolvimento: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Quando o IDH é medido no âmbito ou espaço municipal é chamado de IDH-M. (IPEA, 1996)<sup>7</sup>

## 1.2 O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Desenvolvimento Sustentável de um local ocorre a partir das ações de seus atores, da aptidão e perfil da região, a qual vai consolidá-la como identidade. A agricultura alternativa<sup>8</sup> tornou-se um grande negócio para o produtor rural, por ser um segmento rentável e dinâmico do complexo rural, com um investimento pequeno e de retorno rápido (SANTOS et al., 1998).

O conceito de desenvolvimento possui uma longa história de construção, sendo ainda tema de debates e controvérsias. Entre o final da segunda grande guerra mundial e meados dos anos sessenta, não se fazia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. No entanto, as condições de vida de muitas populações não melhoravam, e até pioravam, mesmo quando os seus países haviam alcançado elevadas taxas de crescimento. Estes fatos provocaram uma grande insatisfação com essa visão do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (VEIGA, 1998).

São muitos os fatores que devem ser analisados para identificar e avaliar a desigualdade social brasileira. Um mesmo nível de renda pode significar condições de vida distintas, dependendo da localização regional, do custo da moradia, das condições de saúde, do grau de estabilidade das fontes de renda, das condições de trabalho, etc. A desigualdade social brasileira é multifacetada, e sua complexidade impõe vários fatores a serem considerados nas políticas públicas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

Antes mesmo que as organizações internacionais do sistema das Nações Unidas pudessem gerar um novo consenso sobre a própria idéia de desenvolvimento (unindo objetivos sociais à noção básica de crescimento), a consciência mundial sobre os

---

<sup>7</sup> O índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto em 1990, pelo PNUD, vem sendo submetido a sucessivos aperfeiçoamentos ao longo dos últimos anos, mas sua concepção básica permanece inalterada.

<sup>8</sup> Agricultura alternativa se caracteriza por atividades econômicas não agrícolas, constituindo como alternativas importantes para o desenvolvimento do meio rural. Como propõe (DA SILVA – mimeo), o rural vem se caracterizando como um espaço de pluriatividades, ligadas ao turismo e ao lazer, a prestação de serviços e principalmente a agroindustrialização de pequeno porte. Isto caracteriza a articulação de uma série de atividades, muitas delas tipicamente urbanas, que visam garantir a sustentabilidade (MATTEI, 1998).

danos ambientais já antecipava a sua insuficiência ao exigir uma qualificação por meio da expressão “desenvolvimento sustentável”, que busca um compromisso entre desenvolvimento e preservação ambiental, .assim desde 1987, esta noção é divulgada internacionalmente e posteriormente consagrada na Conferência Rio-92.

O Relatório sobre Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mostra que o processo de globalização da economia acentuou as desigualdades econômicas e sociais. O Brasil é apontado nesse relatório como o campeão mundial de desigualdades na distribuição de renda. Esse fato foi minimizado pelo processo de descentralização que se deu principalmente através de uma reforma na política fiscal, com a instituição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e através da transferência para os municípios de políticas que tradicionalmente eram coordenadas e/ou executadas pelos governos estadual e federal (DESER,1997).

Por outro lado, faz-se, muitas vezes, no âmbito das agências de desenvolvimento, uma distinção entre desenvolvimento agrícola e rural, que podem ser delimitados da seguinte forma:

Desenvolvimento agrícola refere-se ao crescimento, modernização e dinamização da agricultura, enquanto setor produtivo, com uma melhor rentabilidade dos fatores empregados, aumento da produção e produtividade, resultando numa agricultura mais produtiva e diversificada, com custos marginais decrescentes. Desenvolvimento rural envolve o crescimento da produção, da renda e dos vetores de sua distribuição, via ocupações produtivas, impostos e investimentos produtivos, que realimentam o processo. Implica em uma melhoria generalizada das condições de vida e trabalho da população que habita o meio rural, com acesso aos bens e serviços sociais que devem ser garantidos aos cidadãos. Abrangem ainda a formação e desenvolvimento da infra-estrutura econômica e social, pública e privada, de tal forma que os indicadores sociais de qualidade de vida sofram contínuas elevações (CONTAG, 1998).

O processo de construção de um “novo” projeto de desenvolvimento somente poderá ocorrer mediante uma combinação de mudanças das políticas governamentais, de âmbito federal, estadual e municipal e iniciativa da sociedade. Na verdade, o desenvolvimento rural é um fenômeno intrinsecamente microrregional ou local. E as regiões ou os locais que melhor conseguem se desenvolver serão aquelas que apresentem maior capacidade de organizar os fatores endógenos, direcionando-os para o

fortalecimento da organização social, para o aumento da autonomia local na tomada de decisões, para o aumento da capacidade de reter e reinvestir capitais, para o aumento da inclusão social e para o aumento da capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente (VEIGA, 1997).

Nesse sentido, alguns avanços foram observados nos últimos dez anos. A Constituição Federal de 1988 representou um importante marco para o início de políticas públicas descentralizadas que valorizam a importância das localidades na construção de processos de desenvolvimento mais autônomos (DESER,1997).

Em relação às possibilidades de construção de processos de desenvolvimento que valorizam o grande capital humano e produtivo que é a agricultura familiar, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em especial a de linha infra-estrutura e Serviços aos Municípios que em 1996, representou uma importante iniciativa do governo federal. O programa visa fortalecer a organização dos municípios para a elaboração, execução e avaliação de programas de desenvolvimento rural, estabelecendo parcerias entre o poder público e a sociedade, através da composição de conselhos municipais de desenvolvimento rural. Reforçando esta tendência, no final de 1999, foi lançada uma série de medidas e reestruturações, buscando integrar as ações públicas federais de apoio à agricultura familiar e assentamentos rurais. A atual ênfase recai na necessidade de descentralização e fortalecimento de processos de desenvolvimento local.

O Projeto de Desenvolvimento deve estar constantemente em reavaliação e re elaboração. As rápidas mudanças na conjuntura e nas correlações de forças devem ser acompanhadas pela readequação das propostas e das estratégias. O processo de globalização tem ocasionado mudanças cada vez mais rápidas na economia, na política e na sociedade em geral. O processo de construção do projeto de desenvolvimento deve ser dinâmico, ágil e eficiente. O Projeto Alternativo de Desenvolvimento deve ter políticas de longo prazo combinadas com estratégias de implementação a curto e médio prazo. Além disso, o projeto de desenvolvimento, deve ser construído em todos os níveis da organização dos agricultores, desde o nível de propriedade e de município, até os níveis mais globais (DESER,1997).

O espaço deve ser visto como a arena onde os diversos grupos sociais se manifestam, permitindo a construção de novas relações sociais que assumam como

premissa que os interesses comuns sejam respeitados, discutidos e compatibilizados. O limite físico do espaço pode ser estabelecido com base naquele em que os atores de uma comunidade conseguem se organizar e participar em defesa de objetivos e interesses comuns (CAMPANHOLA & GRAZIANO, 2000).

Para as finalidades específicas desta pesquisa, toma-se a região de Três Barras como o “espaço local”, aqui compreendido em toda a sua globalidade – a comunidade e suas organizações representativas, o poder público municipal e estadual, as suas dinâmicas internas e externas constituindo suas relações sociais, tipo de colonização, entorno sócio-econômico entre outras. É nesse espaço local que podem ser promovidos os fatores endógenos que permitem avançar no “alargamento das escolhas das pessoas”. Que, enfim, ajudam a melhorar a qualidade de vida e avançar na construção do desenvolvimento humano desta localidade.

O desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que se processe “de baixo para cima”, com a participação efetiva dos atores sociais, um processo microssocial de construção coletiva. (Campanhola & Graziano da Silva, 2000).

À dimensão territorial do desenvolvimento, agrega o conceito de “capital social”, bastante útil para esta pesquisa. O capital social pode ser definido como o “conjunto de recursos (boa parte dos quais simbólicos) de cuja apropriação depende em grande parte o destino de uma certa comunidade”. A acumulação de capital social depende do estabelecimento de relações de confiança e reciprocidade entre as instituições, constituindo um processo de aquisição de poder ou “*empowerment*” na terminologia do Banco Mundial (ABRAMOVAY, 2000).

O Desenvolvimento Local constitui em um contraponto nesse processo cruel de competição acirrada, imposta pela globalização, promovendo mecanismos de desenvolvimento estratégico, com vista o desenvolvimento em escala local de uma determinada região de um contexto social, privilegiando o aproveitamento dos recursos endógenos, as potencialidades locais, com vista à geração e ou aumento de renda, e sobretudo o crescimento humano com respeito às questões ambientais.

As regras do jogo do capitalismo global por enquanto favorecem muito os países industrializados do que as nações em desenvolvimento. Para esses autores a Globalização começou ao mesmo instante em que o ser humano passou a se locomover em

torno do mundo, mas seus contornos ficaram mais claros e espantosos durante a última década. Nos anos 90, ela entrou num ritmo jamais visto na história humana. Nesse período, os capitais passaram a circular instantaneamente de um país para o outro e as empresas multinacionais, escoradas em novo patamar de produtividade, foram buscar mão - de - obra mais barata em países da franja da Ásia ou da América Latina. Convencionou-se uma data para o início, ainda simbólico, da globalização turbinada dos mercados. Ela teria seu ponto de partida em 25 de dezembro de 1991, dia em que a bandeira vermelha com a foice foi substituída no Kremlin, em Moscou, pelo estandarte tricolor da Rússia imperial. O fim do comunismo enterrou a teoria e a prática do capitalismo de Estado (VEJA, 2002).

Na realidade os governos não abandonaram inteiramente seu papel de agentes econômicos e o liberalismo foi implantado no planeta até certo ponto – o ponto que atende prioritariamente os países ricos. Nunca ficou tão evidente que os países falam duas línguas em matéria de liberação econômica. São a favor da queda de barreiras protecionistas contra seus produtos nos países em desenvolvimento, como o Brasil e a Argentina, enquanto continuam a sustentar, quando não a aumentar, suas barreiras contra a compra de produtos do Terceiro Mundo. Entretanto a globalização abriu uma avenida de novas oportunidades para algumas nações em desenvolvimento como é o caso da Índia e da China, países mais populosos do mundo, fato esse que explica a constatação do Banco Mundial que, pela primeira vez em 200 anos, foi revertida à tendência à desigualdade entre países ricos e pobres (VEJA, 2002).

Entretanto o processo de globalização deixou também marcas de tragédia espalhadas pelo planeta e esse é o grande motivo pelo qual o processo não deve ser encarado como um agente neutro. Ele produz riqueza mais também miséria. A evidente constatação que de que o processo de globalização atualmente vigente se impõe a nós como um fenômeno inevitável e incontestável, tornando à humanidade prisioneira de seu próprio destino e condenada a seguir este único caminho. Há que se pensar em meios de enfrentar esta realidade, através de estratégias que possam contrapor a esta realidade de forma a garantir o exercício da cidadania planetária (VEJA, 2002).

É preciso pensar e agir, uma vez que a forma dominante da globalização, que é movida pela desenfreada busca de maximização dos lucros, impondo a abertura das fronteiras, a redução e privatização do Estado, a desregulamentação, a eficiência e competitividade, como motores principais que submetem tudo e todos à lei selvagem do



livre mercado, traz consigo uma enorme instabilidade econômica e política, provocando uma imensa desigualdade e exclusão social da grande maioria da humanidade.

Frente a este caráter profundamente destrutivo e anti-humano deste tipo de globalização é preciso que haja uma significativa mudança cultural no seio da sociedade civil, como uma condição indispensável para uma mudança tanto da economia, dos mercados, como do poder dos Estados.

Neste contexto o Desenvolvimento Local, aparece com uma estratégia para oportunizar condições de enfrentamento deste processo através da mobilização de forças sociais latentes, despertando para o desenvolvimento de si mesma, dentro da ótica da satisfação e da felicidade humana.

Historicamente os programas de desenvolvimento rurais têm mudado. Isto reflete as transformações na sociedade e as diretrizes políticas dos governos. O objetivo é a transformação das estratégias governamentais, por meio da adição do controle social e da participação de atores sociais no processo de definição do papel do setor produtivo rural, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável no contexto de um novo mundo rural (XAVIER, 1999).

A promoção do ser humano, em todas suas potencialidades, deveria ser o objetivo de toda política pública, partindo da mobilização das forças sociais e atendendo aos seus anseios, dentro de uma visão inteligente, de sustentabilidade, de ética e respeito ao meio ambiente, fortalecimento das instituições comunitárias, desenvolvimento de redes locais com vistas à integração social, pois não é mais possível margear o sistema global.

A escala local de desenvolvimento remete a sociedade para a criação de uma consciência coletiva capaz de criar novas situações, garantindo maior capacidade de atender as necessidades humanas, através da sinergia e da manutenção da integridade da vida comunitária.

### 1.3 AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE

A dicotomia rural - urbano, que considerava o urbano como “locus” das atividades não agrícolas – indústria e serviços – e que atribuía ao rural as atividades agrícolas, vem perdendo a sua importância histórica. O que se observa é uma crescente

heterogeneidade de atividades e opções de emprego e renda não - agrícolas, o que tem contribuído para que a população residente no meio rural tenha maior estabilidade econômica e social (DA SILVA, 1996).

As ações coletivas oriundas das forças organizadas de um certo território em nosso país, na sua esmagadora maioria são incapazes de obterem sucesso quando se trata da construção de processos de coordenação e por fim, de desenvolvimento. Os principais obstáculos originam da desconfiança dos atores sociais na sua própria capacidade de agenciar mudanças benéficas ao grupo bem como na dependência em relação às políticas públicas, baixa participação da sociedade civil nas comissões e informações dos seus membros, inclusive a participação exclusiva dos homens, com exclusão das mulheres e dos jovens (ABRAMOVAY, 1999).

A agricultura familiar da região de Três Barras se caracteriza de forma semelhante a outras regiões brasileiras, tendo como característica a gestão e trabalho intimamente relacionados, onde a direção do processo produtivo é assegurada diretamente pelos proprietários, características de diversificação, muitas vezes com trabalho assalariado complementar, onde as decisões são adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (VEIGA, 1996).

As estratégias que conduzirão à agricultura sustentável só serão viáveis se induzirem os agentes sociais mais dinâmicos a uma articulação, em âmbito local, da qual resultem sinergias. Em caso contrário, por melhor que possam parecer, essas estratégias não alterarão o *status quo*. Não haverá perspectiva sustentável para a agropecuária sem uma dinamização endógena que caminhe nessa direção. Seria uma perigosa ilusão acreditar que a superação dos obstáculos a sustentabilidade pudesse vir de fora, por melhor que fossem as políticas decorrentes das estratégias propostas pela Agenda 21 Brasileira. Não menos absurdo seria imaginar que tal superação pudesse resultar de algum tipo de ação isolada, desta ou daquela organização pública ou privada (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

O desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que deve se dar “de baixo para cima”, com participação dos atores sociais. No entanto, as dificuldades para a organização de pessoas com interesses afins e para a prática participativa ainda se constituem em uma grande barreira ao exercício da cidadania, e para isso é necessário que haja colaboração entre os diferentes atores, significando mais

democracia em nosso país. As estratégias para que haja envolvimento dos atores sociais na elaboração e implementação do planejamento local têm que estar sintonizadas com as condições específicas da região considerada (VOLKER, 1997).

Algumas variáveis consideradas importantes para explicar o sucesso ou insucesso do produtor rural. Entre elas destaca-se: Competência, aliado ao conhecimento sobre tecnologia, habilidade em conduzir as atividades de produção, comercialização de forma associativa ou cooperada com o grupo social, constante procura por informações técnicas e econômicas, participação em eventos ou cursos que ampliem sua qualificação profissional, disposição e habilidade em promover parcerias em associações ou condomínios de produção, habilidade em diversificar sua produção como estratégia para diminuição de riscos, disposição em adotar novas idéias, tecnologias e sistema de produção, habilidade em organizar a propriedade rural, controle financeiro de gastos, planejamento da produção, envolvimento direto da família, promoção de um bom padrão de vida para a família e preservação do meio ambiente (DALTRO, 2002).

A pequena propriedade rural na região de Três Barras no Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, não difere muito das demais propriedades localizadas nos demais estados brasileiros; caracterizando basicamente pela baixa renda gerada pela propriedade e sobretudo pelo baixo nível de organização dos produtores e trabalhadores e, de política pública fragmentária para o campo. Têm grande importância no município, como geradora de produtos agropecuários, com ampla fonte de empregos, baixo custo social e sobretudo como fator de equilíbrio da dinâmica populacional (PRORURAL, 1997)<sup>9</sup>

O novo paradigma do desenvolvimento sustentável exige a organização de uma comunidade em torno de uma estratégia de desenvolvimento de caráter integrador, sinérgico, sustentável e inteligente, comprometido com a sustentabilidade da vida humana e da natureza em suas várias dimensões, tendo como horizonte à manutenção das futuras gerações (UCDB, 2000).

---

<sup>9</sup> PRORURAL – Foi um projeto de apoio ao desenvolvimento rural no Município de Campo Grande –MS, elaborado no gabinete do vice - prefeito no ano de 1997. Iniciou com Inseminação Artificial na região de Três Barras.

## 1.4 EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O DESENVOLVIMENTO

Há várias formas de medir o grau de desenvolvimento de uma sociedade. Uma das mais eficientes é o acesso de seu povo à educação. Em 1970, a Coréia do Sul tinha uma renda per capita equivalente à metade da dos brasileiros. Graças a um investimento pesado em ensino, sua população hoje possui renda per capita duas vezes e meio mais alta que a brasileira. Como o Brasil demorou a investir na área, acabou perdendo terreno até mesmo para alguns vizinhos da América Latina. A magra Bolívia, cuja economia não chega a representar 2% da brasileira, ostenta uma população universitária que em termos proporcionais equivale ao dobro da existente no Brasil. Na Argentina, essa taxa é quatro vezes maior do que a nossa. Uma série de fatos mostra que o nível educacional tem uma relação direta com a produtividade, que no nível individual – correlação entre escolaridade e renda – que no nível macroeconômico – a importância do fator educacional na explicação de níveis e taxas de crescimento econômico. Estudo sobre o tema da “educação e produtividade na área rural”, pretende mostrar que a educação, e mais especificamente a educação formal, cumpre uma série de funções sociais que têm pouco a ver com o conceito estrito de “produtividade” (VEJA, 2002).

Na análise de Arapiraca *apud* Bittar (1996:08)

... a educação é utilizada para legitimar a dimensão ideológica do capital, na forma dissimulada de capital humano. Por esta noção, todo indivíduo é um capitalista em potencial, bastando para tanto desenvolver suas capacidades individuais, especializando-se e transformando-se em trabalhador potenciado.

A educação passará a constituir o fator de desencadeamento da competência endógena que induzirá e, simultaneamente, impulsionará o povo brasileiro – sobretudo o segmento mais carente e marginalizado – a emergir paulatinamente e equilibradamente do seu fosso humano desenvolvimentista (ÁVILA, 1999).

Educação e produtividade são termos cuja proximidade parece óbvia para os que pensam em termos de desenvolvimento econômico e social. Um raciocínio simples parece sugerir que produzem melhores os que sabem mais. Que, conseqüentemente, uma das formas de melhorar a produção de bens e de desenvolver um país é aumentar a educação de seu povo; que a melhor forma de educar um povo, se não a única, é através da criação de mais escolas, e do aumento dos anos de escolaridade. E que este raciocínio vale tanto para as áreas rurais quanto para as áreas urbanas (NUNES, 1997).

## 1.5 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Associativismo e Cooperativismo são instituições tradicionais de organização dos produtores rurais que facilitam o seu acesso aos programas de fomento oficiais, ao mercado, à assistência técnica, às informações, entre outros. Teoricamente, constituem-se em uma forma participativa de tomada de decisão, partindo do princípio de que a união dos produtores em conselhos, comitês, comissões, etc. como no seu poder de barganha com os setores públicos e privado. No entanto, muitas delas passaram a atuar sem a participação dos seus associados ou cooperados nas decisões, as quais se apoiavam apenas nas opiniões de sua administração superior, outras restringiram suas ações à aquisição de insumos e à comercialização dos produtos dos associados ou cooperados. Muitas associações e cooperativas foram constituídas com enfoque em apenas um produto agropecuário específico; milho, soja, arroz, gado de corte, avicultura, suinocultura (DA SILVA & CAMPANHOLA, 1999).

Em Três Barras a Associação de Moradores e Produtores tem servido de referência para outras localidades ou mesmo municípios, e também contribuído como condição necessária ao acesso ao crédito governamental através do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF. A reunião ordinária mensal, onde são discutidos os problemas comuns, reforça as relações de parcerias, bem como mantém e desenvolve o exercício da cidadania encorajando seus membros na luta pelo interesse coletivo.

As associações civis têm papel importante no desempenho do governo local, e o estado tem papel fundamental na constituição dessas associações, por meio das seguintes ações: a primeira, na condução de campanhas públicas de informação e divulgação de mensagens similares e de modo informal ao nível local, com vistas a induzir a ação civil; a Segunda, insistindo em oferecer serviços somente através da associação de produtores ao invés dos indivíduos ou empresas individuais, e trabalhando com esses grupos através de mecanismos contratuais; e a terceira, requerendo a discussão formal de decisões de investimentos públicos ao nível municipal por “corporações” de decisão que incluam representantes do governo estadual e da sociedade civil, assim como do governo municipal (TENDLER, 1997).

Os grupamentos voluntários assumirão, portanto, significância, na proporção

em que funcionem como veículos de participação social. Mediante a associação, as diversas camadas sociais podem partilhar seus problemas e interesses, adquirir poder reivindicatório e indiretamente Ter acesso à gestão da sociedade. O sucesso dos esforços para fazer –se representar e para influir na determinação da sociedade, é freqüentemente alcançado pela organização. Atomizados e dispersos os indivíduos não têm voz nem peso. O fato individual isolado jamais alcança o nível do processo social, nem assume significação na sociedade global (AMMANN, 1980).

## 1.6 DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O desenvolvimento local é endógeno, quando originário da mobilização de forças sociais solidárias e inteligentes, em que a comunidade ou grupo interage com áreas externas, transformando no próprio sujeito do desenvolvimento de seus espaços de vida, ampliando suas possibilidades de manobra e autonomia nas decisões e respeito dos seus destinos (UCDB, 2000).

Os escassos recursos que os governos destinam ao setor agropecuário, tornam-se ainda mais insuficientes porque são destinadas de maneira contraproducente a alimentar burocracias improdutivas e a “dar o peixe várias vezes ao invés de ensinar a pescá-lo uma única vez”. Este pseudopaternalismo contribui a perpetuar a dependência que os agricultores têm do Estado, e desta forma, a agudizar ainda mais o processo de desequilíbrio (LACKI, 2001).

Ninguém possui a receita para a superação destes obstáculos. Mas o pressuposto básico para a mudança desta situação está num mínimo de consenso em torno de um projeto de desenvolvimento que Casarotto Filho e Pires (1998), chamam com razão de "pacto territorial" e que deve responder a cinco requisitos

1. Imobilizar os atores em torno de uma "idéia guia";
2. contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto;
3. definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território;

4. realizar o projeto em um tempo definido, e
5. criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial.

Em última análise trata-se da construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região.

Uma das características centrais das experiências problemáticas está na sua precária capacidade de articulação com outros atores da região e sua estrita dependência dos poderes públicos federais. Por outro lado às experiências bem sucedidas caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais dos atores no plano políticos, econômicos e sociais. Por mais que as condições naturais (solo, relevo, clima) sejam importantes na determinação do desenvolvimento da região. Sendo que muitos são os exemplos onde a capacidade organizativa ou a construção de uma rede de relações possibilitou a ampliação de valorização do trabalho, vencendo as limitações físicas dos territórios. A ausência de estudos sistemáticos que avaliem e procurem estabelecer certas tipologias sobre o alcance e os limites da atuação das organizações de desenvolvimento rurais são um sério obstáculo para o avanço da reflexão a respeito (BITTENCOURT, 1999).

Os anos 90 revelaram um novo papel do Estado, na agenda do desenvolvimento rural, com foco na avaliação de políticas públicas relacionadas ao meio rural, definindo como estratégia o desenvolvimento ao âmbito local, pois o modelo anterior da década de 80, com o predomínio de crises e recessões, culminou com a concentração de terra e de riquezas em pequenas parcelas da população brasileira, e as políticas de desenvolvimento rural concentraram-se inspiradas na modernização da agricultura, prevalecendo os ganhos econômicos sobre os sociais, ambientais e éticos (Xavier, 1999).

Segundo dados identificados pelo PNAD (Pesquisa Nacional Aplicada a Domicílios) em estudos sobre a população economicamente ativa ocupada em atividade agropecuária, mostram que 40% dos 7,5 milhões de domicílios rurais de 1995 eram pluriativos (24%) ou não agrícolas (17%), o que reforça o argumento de que o mundo rural é maior que o agrícola. Por outro lado, segundo dados do censo do IBGE (1999), durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, 800 mil assalariados rurais perderam o emprego, e a renda média dos agricultores caiu em 49 %, em estudo dos professores Eliseu Alves, Mauro Lopes e Elísio Contini a partir do qual a reportagem de O Estado de São

Paulo ouviu diversas lideranças do agribusiness para chegar à conclusão inevitável: o êxodo rural continua avassalador e sua raiz está na falta de uma “verdadeira” política agrícola, mencionando os resultados de pesquisas recentes que apresentam um outro panorama das tendências demográficas brasileiras e internacionais contemporâneas e que apontam para padrões de desenvolvimento que vão muito além daquilo que o Século XX conheceu pelo nome de políticas agrícolas (O Estado de São Paulo, 1999).

Contrariamente à crença arraigada que encara o esvaziamento do meio rural como o corolário associado ao próprio conceito de desenvolvimento, mais de um quarto da população economicamente ativa nos países desenvolvidos reside em áreas rurais. E desde meados dos anos 1980, a população rural é a que mais cresce em diversos países do Hemisfério Norte, a começar pelos Estados Unidos. No caso brasileiro, a década de 1990 registra um fenômeno inédito na história do País: o ritmo do êxodo rural desacelera - se de maneira nítida e, ao final dos anos 1990, já se registram tanto a migração de retorno em direção a pequenos municípios, como o crescimento da população rural em diversas regiões do País. A demógrafa Ana Amélia Camarano, do IPEA, estima que a população rural brasileira já começa a crescer, em termos absolutos – revertendo um declínio de quase duas décadas (IPEA, 1996).

A grande maioria da população rural nos países desenvolvidos deixou de trabalhar fundamentalmente na agropecuária há muito tempo. Nos Estados Unidos, apenas 10% do pessoal ocupado no meio rural vivem da agricultura. Entre nós o quadro é bem diferente e o peso da agricultura nas ocupações e na geração de renda ainda é majoritário no meio rural. Mas por pouco tempo, segundo as informações do Projeto Rurbano, que reúne quase quinze centros de pesquisa brasileiros e vem acompanhando, com base nos dados demográficos oficiais, a diversificação das atividades no meio rural (EMBRAPA, 1998).

Com o processo de descentralização das políticas públicas em curso no país, estão-se fortalecendo as iniciativas locais que acabam por estabelecer novas formas de integração e troca entre os diferentes segmentos espaciais e setores de atividades. Assim, o corte urbano - rural tem cedido espaço para o enfoque na economia local. Começam a haver iniciativas de mobilização e organização social no sentido de promover uma maior representação dos diferentes atores sociais no processo de desenvolvimento. E aqui, mais do que anteriormente, o Estado assume papel relevante como agente facilitador desse



processo de descentralização das políticas públicas que, para ser democrático, precisa garantir a participação da população local, a transparência de suas instituições, o equilíbrio das forças exercidas pelas diferentes correntes de interesse e o compromisso com a qualidade de vida da população afetada. Em suma, o planejamento local vai possibilitar o delineamento de políticas de desenvolvimento rural que dêem suporte a pluriatividade no meio rural, com o objetivo de aumentar a renda familiar. Nesses casos, a diretriz para as políticas públicas seria no sentido de: a) identificar as potencialidades locais, incluindo as atividades não agrícolas; b) organizar a participação das comunidades locais; c) solucionar os entraves de infra-estrutura que dificultam o aproveitamento das oportunidades; d) reestruturar os instrumentos institucionais para que favoreçam as ações inter-setoriais; e e) rever as formas de atuação das instituições de pesquisa agropecuária e de extensão rural do setor público (TENDLER,1997).

## **CAPÍTULO 2**

### **MATERIAL E MÉTODO**

#### **2.1 DESCRIÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA**

A região objeto de estudo localiza-se a sudoeste do Município de Campo Grande pertence a MRG – 04 (antiga MRH – 342) de mesmo nome e MSR: Centro - Norte de Mato Grosso do Sul, localizando-se na região central do estado nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude (S):20° 26' 34", Longitude (W):54° 38'47". Sendo originária do Município de Nioaque, possuindo uma área de 8.118,40 km<sup>2</sup>, e participando com cerca de 28% da MGR-04 e 2,27% da área total do Estado.

A região de Três Barras devido à proximidade com o centro urbano de Campo Grande, aproximadamente 25 quilômetros, foi objeto de um loteamento para fins de urbanização com o nome de Brasilândia, com a divisão de algumas propriedades em lotes urbanos. Este loteamento não foi para frente e os lotes foram novamente incorporados as propriedades.

Os recursos comunitários estão presentes na forma de uma Escola Municipal Leogevidlo de Melo de ensino fundamental, Escola Agrícola Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo – ensino fundamental com práticas agropecuárias, Igreja Matriz - Católica Associação de Moradores e Produtores da Região de Três Barras.

A região não é servida por ônibus, sendo cortada pela rodovia MS 040, e as propriedades são servidas por estradas vicinais sem asfalto em regular estado de conservação.

Em frente à escola agrícola existe um posto resfriador de leite com capacidade para 3.000 litros, que serve à associação local. A comercialização é feita para uma empresa do estado do Paraná que realiza a coleta a cada dois e que disponibilizou este

equipamento, em troca da fidelidade na entrega da produção pelos produtores,

## 2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para a realização da presente investigação foram entrevistados 20% dos membros pertencentes à Associação de Moradores e Proprietários da comunidade de Três Barras, escolhidos aleatoriamente, juntamente com a observação participante e aplicação de questionários abrangendo questões qualitativas e quantitativas. Os dados foram complementados com informações constantes em atas da associação e informações constantes no projeto de apoio ao desenvolvimento agropecuário, existente no gabinete do vice – prefeito, Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Campo Grande – MS.

O maior desafio da Geografia Humanística sempre foi o de estudar a compreensão da ação humana para compreender o significado social do mundo vivido, estudando os laços entre os indivíduos e o meio natural expresso nos lugares, ou seja num determinado espaço (UCDB, 1998).

As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação a um determinado estado das técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento de diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albores da história até a época atual. Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica (UCDB, 2000).

## 2.3. PROCEDIMENTOS

As entrevistas foram realizadas durante o período compreendido entre 15 de março a 15 de setembro de 2001, conforme agenda de visitas, procurando não atrapalhar o entrevistado em sua rotina de trabalho na propriedade.

Procurou – se conduzir as entrevistas de forma que os atores sociais locais pudessem responder de forma tranquila, utilizando seu próprio linguajar, estabelecendo

uma relação de empatia e sensibilidade visando manter o entrevistado descontraído e consequentemente obter as informações mais condizentes com a realidade.

## 2.4 ANÁLISES DOS DADOS

Os dados foram tabulados manualmente em planilhas previamente preparadas que constituíram as próprias tabelas utilizadas do trabalho, para posterior análise e interpretação, e os dados relevantes constantes em atas foram anotados em agenda para essa finalidade.

O processo de redução dos dados supõe uma primeira interpretação dos mesmos, estabelecendo comparações, reflexões sobre os resultados obtidos, com o fim de se verificar se respondeu ou não as expectativas do pesquisador e da pesquisa, e ainda, se foram suficientes ou se há necessidade de se buscar outras informações. Para todo esse processo existe uma variedade de técnicas, como por exemplo à análise de correspondências e outras. A interpretação dos dados deve ser rigorosa, permitindo a utilização dos resultados a tomada de decisões, assim, pode-se realizar comparações, descrições dos fatos estudados, identificando-se proposições universais e leis causais, prestando grande atenção nos casos negativos, pois são eles que obrigam a matizar as teorias (UCDB,2000).

## **CAPÍTULO 3**

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 NATUREZA E TERRITÓRIO**

A microrregião aqui considerada é constituída de 50 propriedades rurais, que fazem parte da Associação de Moradores e Produtores da Região de Três Barras, possuindo áreas que variam de uma a 80 hectares. Nesta caracterização incluem-se principalmente propriedades com tamanho médio de 20 hectares (veja Tabela 1) servidas com estradas vicinais em regulares condições de manutenção, com acesso a uma estrada principal asfaltada (MS – 040), possuindo serviços sociais básicos de educação, inclusive com uma escola agrícola, posto de saúde e exploração econômica de gado leiteiro, confinamento de peixe, criação de frango em semiconfinamento, criação de suíno, plantio de cana, presença de algumas agroindústrias, pesque – pague e a proximidade de mercados consumidores.

Na caracterização do quadro natural realizado pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR, em Campo Grande – MS, foi considerado as condições físicas e químicas dos solos, o tipo de relevo, os recursos hídricos e florestais e as condições climáticas. O principal fator diferencial é a aptidão de uso dos solos para a agricultura, que é determinada pela sua fertilidade natural, pela disponibilidade de água (frequência das chuvas, enchentes e secas), pela topografia ou declividade, presenças de pedras, banhados e outros empecilhos à mecanização. A concentração ou não das melhores terras agricultáveis nas mãos de poucos e a sustentabilidade dos sistemas de produção também foram objeto de observação (PMDR/EMPAER/MS,1998).

A conservação dos recursos solo e água, a proteção da fauna e flora, hoje alvo da atenção de muitos técnicos e entidades ambientalistas governamentais e não governamentais, tem recebido pouca ou nenhuma preocupação consistente das autoridades locais e principalmente da população em geral e produtores, maiores usuários e

beneficiários dos recursos em questão (DESER, 1997).

Os problemas relacionados com o controle dos processos de erosão, são todos passíveis de solução técnicas viáveis e econômicas, ressalta-se a necessidade de acoplar à implantação das tecnologias existentes e acessíveis às ações implementadoras dos poderes públicos, constituindo uma integração interinstitucional aliada à participação de toda a comunidade beneficiária constituída pelos produtores e moradores da região de Três Barras.

Cabe ao poder público Municipal a responsabilidade de zelar pela conservação de suas estradas, cujos leitos, constituem no principal problema relativo a erosão.

Predomina na região objeto de estudo o solo regularmente fértil, com boa drenagem, textura e relevo aptos para práticas agrícolas e pecuárias. Possui bom potencial para o incremento e expansão da fruticultura, tanto no aspecto relacionado à aptidão agrícola, como principalmente a facilidade e perspectivas de comercialização.

Tabela 1 – SITUAÇÃO ATUAL DO SOLO E RECURSOS HIDRICOS DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS LOCALIZADAS NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS – CAMPO GRANDE –MS, 2001

<b>DISCRIMINAÇÃO / SITUAÇÃO</b>	<b>BOM (nºProp.)</b>	<b>%</b>	<b>REG (nºProp.)</b>	<b>%</b>	<b>RUIM (nºProp.)</b>	<b>%</b>
SOLO / PASTAGEM	10	20	27	54	13	26
DISPONIBILIDADE DE ÁGUA	2	4	45	90	3	6

Observa-se nas propriedades estudadas, a existência de solo em importante processo erosivo, que ainda poderá ser corrigido com medidas urgentes de curvas de nível, também a pastagem não estão sendo renovadas, havendo casos com mais de 25 anos, onde a pastagem não sofreu nenhum tipo de tratamento, apresentando excessiva compactação e pasto comprometido com as chamadas “invasoras de pastagem”, plantas daninhas não desejáveis na propriedade. Entretanto a totalidade de área dos pequenos produtores rurais é reduzida quando consideramos as grandes propriedades da região com mais de 1000 hectares por exemplo, nesta ótica, o processo de depauperamento do solo da pequena propriedade rural é de média gravidade quando considerada apenas a quantidade de área

comprometida no total da região objeto de estudo. Observa-se na tabela 1 que apenas 20% das propriedades apresentam condições boas de solo e pastagens.

Dentre as transgressões ou melhor descaso com o meio ambiente do município, visualizam-se facilmente os diversos tipos de erosão ocorrendo nas áreas de lavouras e pastagens sem que nada se faça para minimizar seus danos muitas vezes irreversíveis, a mesma ocorrendo livremente muitas vezes em estradas municipais, estaduais e federais, desmatamento desordenado, queimadas, derrubada criminosa das matas ciliares e assoreamento dos mananciais hídricos . (FLORES, 1999).

Tabela 2 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DAS PROPRIEDADES NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS NO MUNICÍPIO DE C.GRANDE/MS - 2001

<b>Tamanho em hectares</b>	<b>n.º de propriedades</b>	<b>%</b>
1 – 10	5	10
6 – 20	9	18
21 – 30	18	36
31 – 40	11	22
41 –80	6	12
> 80	1	2

Observa-se nesta Tabela que 18 (dezoito) propriedades, portando 36 % (trinta e seis por cento) estão na faixa de 21 a 30 hectares o que corresponde a menos de 2 (dois) módulos rurais<sup>10</sup> que para o Município de Campo Grande – MS é de 15 (quinze) hectares.

### 3.2 A PROPRIEDADE RURAL

<sup>10</sup> Módulo Rural é estabelecido através do quociente entre a área territorial do Município e sua população. Segundo o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR, Campo Grande – MS, possui 8.118,40 Km<sup>2</sup> e uma população de 617.000 habitantes (IBGE – 2000).

Tabela 3 – DISTRIBUIÇÃO DA PRINCIPAL ATIVIDADE DA PEQUENA PROPRIEDADE NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE / MS – 2001

<b>Atividade</b>	<b>nº propriedades</b>	<b>Percentual</b>
Produção de Leite	23	46%
Agroindústria – (queijo/rapadura/doces/cachaça)	9	18%
Psicultura	4	8%
Suinocultura	1	2%
Avicultura	1	2%
Ovinocultura	2	4%
Locação para laser	3	6%
Olericultura (verduras)	6	12%
Apicultura	1	2%

Nesta tabela observa que a há um interesse de 23 (vinte e três) propriedades na produção leiteira, perfazendo 46 % (quarenta e seis por cento) do total. Em segundo lugar aparece a agroindustrialização da produção com um total de 9 (nove) propriedades perfazendo 18% (dezoito por cento). Em terceiro lugar aparece a produção de hortaliças (olericultura) com 12% (doze por cento).

Observa-se a pluriatividade nas propriedades, ou seja diversidade de atividades. Entretanto com produção irregular o que torna de certa forma pulverizada e não garante a regularidade de um eventual abastecimento de determinada produção. Observa-se que na tabela 2, a fruticultura não foi citada como atividade principal, entretanto observamos que a grande maioria das propriedades possui mais de um tipo de árvores frutíferas, tais como laranja, limão, manga, maracujá, caju, goiaba, entre outras, mas não se pode contar com esta produção para a garantia de abastecimento, exigência esta justa dos mercados, que devem manter o consumidor com produtos em disponibilidade de quantidade e qualidade.

De maneira geral os produtores rurais por não estarem dotados das



prerrogativas necessárias ao desenvolvimento (da educação, da formação, do crédito, da informação), não são encarados pelo restante da sociedade local como potenciais protagonistas de um pacto territorial. É a esta situação que suas lideranças e os técnicos que os assessoram têm a missão de se contrapor. Não se trata de aguardar os investimentos que os poderes públicos virão no futuro a fazer e que responderão pelas mudanças neste quadro. Ao contrário, o quadro só mudará caso haja uma ação partindo dos atores locais dos quais, em muitas regiões do interior, os agricultores são a maioria.

Entende-se que o quadro natural é apenas um dos fatores que influenciam no estabelecimento de diferentes dinâmicas de desenvolvimento, mas não se constitui em fator impeditivo para o desenvolvimento local. Quando favorável à agricultura (ou ao extrativismo), o quadro natural pode dar início ao processo de capitalização e potencializar outros fatores como a diversificação de sistemas de produção, o associativismo, a integração à agroindústria, a pluriatividade etc.

Tabela 4 – SITUAÇÃO ATUAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS LOCALIZADAS NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS – CAMPO GRANDE /MS - 2001

<b>DISCRIMINAÇÃO / SITUAÇÃO</b>	<b>BOM</b>	<b>%</b>	<b>REG</b>	<b>%</b>	<b>RUIM</b>	<b>%</b>
CASA DE MORADIA	8	16	37	74	5	10
CERCAS	40	80	8	16	2	4
CURRAL	-	-	8	35	15	65
COCHOS	-	-	17	73	6	27
GALPÕES	-	-	10	43	13	57
ORDENHA MECÂNICA	3	13	-	-	-	-

A tabela 4 visa ilustrar a situação atual das pequenas propriedades referente a sua conservação. Onde se observa a relativa falta de investimento na propriedade. Normalmente os currais não são cobertos e inexistente local adequado para a ordenha nas propriedades onde a produção leiteira é a atividade principal, 65% das propriedades possuem currais em estado precário, e nenhuma possui ponto de água para higienização do úbere das vacas. Apenas 13 % das propriedades possuem ordenhadeiras mecânicas, e todas possuem galpões para guarda de equipamentos e maquinários.

Em um município ou região e seu entorno, o quadro natural pode influenciar a

evolução dos sistemas agrários, a formação de distintas tipologias de agricultores e o próprio desenvolvimento sócio - econômico local. As condições do quadro natural determinam a diversificação de atividades em função das possibilidades de alternativas disponíveis seja a agricultura a prestação de serviços, ao turismo ou outras.

### 3.3 EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação dos filhos tem representado historicamente um grave dilema para os agricultores familiares. Muitas famílias deixam a terra e vão para as periferias das cidades em busca da escola que pode significar uma oportunidade de emprego assalariado para os filhos. Porém, mesmo para as famílias que enviam seus filhos para a escola rural, o ensino feito através desta escola não os prepara para permanecerem na terra. Toda a política para a educação rural tem-se restringido a oferecer um arremedo da escola urbana, que, nem habilita os filhos dos agricultores para dar continuidade às lides dos pais, nem os qualifica para os empregos urbanos (RIBEIRO, 2000).

A questão da educação dos filhos é prioritária para os pequenos produtores rurais da região de Três Barras. Conforme depoimentos do diretor da Escola Agrícola “Arnaldo Estevão de Figueiredo”, existe uma importante dinâmica no universo de alunos matriculados na escola agrícola, proveniente da escola de ensino fundamental Escola Municipal Leogevildo de Melo - (ensino de I a IV), localizada na região. Está ocorrendo um decréscimo na quantidade de alunos matriculados, o que leva a crer que não está havendo um crescimento populacional na região.

Quadro 1 – PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES LEVANTADAS PELOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS ENTREVISTADOS NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE / MS POR ORDEM DE PRIORIDADE - 2001.

Escola Estadual para atender ao ensino médio
Escola Agrícola com ensino profissionalizante – (médio)
Criação de um laticínio Escola dentro da Escola Agrícola
Facilidade para obtenção de crédito para investimentos na propriedade
Assistência Técnica
Segurança Pública

Observa-se que o item segurança aparece como uma reivindicação da região,

demonstrando que a proximidade do centro urbano, começa a gerar as mazelas que são características da urbanização nos países pobres ou em desenvolvimento, e também reflexo do êxodo rural.

Hoje o desafio colocado para as famílias dos agricultores, no que tange à educação dos filhos, ainda é maior (Quadro 2) de um lado, porque as novas tecnologias que se refletem sobre o trabalho e a educação está longe de chegarem à escola rural; de outro, porque o desemprego estrutural e tecnológico coloca os filhos e filhas dos agricultores, formados pela escola rural, em condições inferiores de concorrer no mercado urbano pelos escassos empregos existentes. Os agricultores, no entanto, reconhecem a importância da escola para a formação de seus filhos (RIBEIRO, 2000).

O mais importante desafio que têm pela frente as forças capazes em princípio de levar adiante um pacto de desenvolvimento territorial consiste na mudança do ambiente educacional existente no meio rural. A tradição histórica brasileira (própria das sociedades de passado escravista) que dissocia o trabalho do conhecimento persiste até hoje no meio rural. Isso é verdade não só com relação aos assalariados agrícolas, mas também nas regiões de agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1999).

O pressuposto intelectual básico para a formação de redes territoriais densas e diversificadas é que se construa uma nova visão – inclusive sob o ângulo estatístico – do que significa o meio rural. Na classificação do IBGE (1999) o rural é definido como o que não é urbano. Qualquer localidade, qualquer distrito e mesmo os pequenos municípios são vistos como não - rurais. Por aí não se consegue sequer formular a questão fundamental – para a pesquisa e para as políticas públicas – a respeito das situações que permitem em alguns casos dinamismo e em outra estagnação às regiões rurais. O essencial é formular procedimentos estatísticos que não separem as cidades das regiões rurais em que estão inseridas, ou seja, que permitam uma visão territorial sobre o processo de desenvolvimento.

Tabela 5 – ESCOLARIDADE DOS PROPRIETÁRIOS E MORADORES DA REGIÃO DE TRÊS BARRAS - CAMPO GRANDE / MS – 2001.

<b>Escolaridade</b>	<b>N.º de pessoas</b>	<b>%</b>
Fundamental	37	74
Médio	8	16
Superior	5	10

Pode –se observar na tabela 5, que a grande maioria da população responsável pela propriedade rural possui o nível de escolaridade fundamental, perfazendo 74 % do total. Apenas 10 % dos proprietários possuem nível superior.

Observa-se na região de Três Barras uma nítida insatisfação da comunidade em relação à falta de escola de ensino médio. A Escola Municipal Leogevildo de Melo, oferece o ensino fundamental conforme responsabilidade do Município, mas também a atual escola agrícola apenas forma o jovem no ensino fundamental incluindo práticas agrícolas no curriculum escolar. Obviamente a Escola Agrícola “Arnaldo Estevão de Figueiredo” não cumpre plenamente o seu papel de escola agrícola. Existe portanto uma lacuna na formação dos jovens, o que obviamente acarreta suas transferência dos alunos para a cidade onde procuram cursar o ensino médio, perdendo o vínculo com suas origens.

### **3.4 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

Muitas vezes as comunidades têm problemas e até sabem como resolvê-los, mas não estão unidas e organizadas para isso. Neste contexto é importante a participação do Município no diagnóstico e no planejamento participativo visando identificar necessidades e potencialidades para posterior aplicação de políticas públicas.

O desenvolvimento local, enquanto gerador de uma expectativa positiva, despertar das capacidades, competências e habilidades da comunidade não pode prescindir das ações do poder público, não com programas e projetos assistencialistas que a própria história demonstrou suas ineficiências e que não resgatam a auto – estima das pessoas, mas com políticas participativas, onde a comunidade beneficiada tenha sua contra – partida no processo dos benefícios.

A Associação dos Moradores e Proprietários de Três Barras, administra um projeto de Inseminação Artificial onde os associados interessados, devem realizar a própria inseminação nos seus rebanhos, e repor o número de ampola de sêmen utilizada. Também através do PMDR recebeu um trator e implementos agrícolas para serem utilizados pela associação sob supervisão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dentro do espírito do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF.

Verificou – se que o trabalho feminino e de jovens, está mais relacionado mais com os cuidados com a moradia, não como uma participação mais direta na propriedade

como empresa rural. No entanto, não dúvidas quanto à importância do trabalho executado pelas mulheres e jovens, conforme diversos depoimentos, o que ocorre de forma geral é a quase nula participação destes atores no processo de decisão tanto dentro da propriedade quanto fora dela.

### 3.5 OPORTUNIDADES, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

A apropriação da tecnologia pela pequena propriedade, ainda é motivo de importantes debates, considerando que a mesma encontra-se inserida em um modelo de produção agrícola onde é incapaz de acompanhar os aumentos de produtividade ditados pelas fornecedoras de insumos químicos induzidos à agricultura brasileira (SILVA, 1999),

Quadro 2 – RESUMO DO DIAGNÓSTICO REALIZADO COM BASE NA ANÁLISE DE DADOS DAS ENTREVISTAS E DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DA REGIÃO DE TRÊS BARRAS EM CAMPO GRANDE – MS, NO ANO DE 2002.

<b><u>Pontos Fortes:</u></b>	recursos naturais e ambientais, localização estratégica, clima tropical, fertilidade regular dos solos, interesse em participar de cursos de aperfeiçoamento, média de 50% da população de adultos, agricultura e pecuária de subsistência em busca de novas alternativas, excelente disponibilidade de água, identidade definida, máquinas e implementos próprios ou em condomínio, acesso a tecnologia, utilização reduzida de agroquímicos, comunidade harmônica.
<b><u>Pontos Fracos:</u></b>	deficiência na assistência técnica e cursos de capacitação, falta escola de ensino médio, degradação dos solos e das matas ciliares, descontinuidade das ações governamentais, ausência de Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária)
<b><u>Oportunidades:</u></b>	geração de agroindústria, desenvolvimento da biodiversidade, agricultura alternativa, desenvolvimento de pesquisas, criação de pequenos animais, implantação de agro – negócios, expansão de serviços, comércio, incentivos a culturas alternativas, fortalecimento do associativismo.
<b><u>Ameaças:</u></b>	desemprego, deficiente investimento nas propriedades, processos erosivos do solo, uso inadequado de maquinários, envelhecimento da população, êxodo rural.

O desenvolvimento rural no Brasil tem sido negligenciado constantemente

pelos governos, sendo esse um dos motivos do crescimento alarmante da pobreza no meio rural que acaba trazendo o agricultor para a cidade, onde ele e sua família encontram condições muitas vezes ainda mais adversas do que as do meio rural (MARKUS, 1999).

O diagnóstico constante no Quadro 2, relativo a observação participante da região de Três Barras, demonstra importantes pontos fortes e oportunidades capazes de desencadear o desenvolvimento local

Tabela 6 – PRINCIPAIS PROBLEMAS LEVANTADOS PELOS PROPRIETÁRIOS RURAIS RELATIVOS A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS, POR ORDEM DE PRIORIDADE, EM 2001

PROBLEMAS	PORCENTUAL
Falta escola de nível médio	37
Baixo preço pago pela produção	27
Carência de Assistência Técnica	23
Falta de Tecnologia Alternativa	8
Ausência de crédito desburocratizado	3
Carência de mão de obra	2

Na Tabela 6, observa-se que a maior parte dos produtores rurais da região de Três Barras aponta como maior problema a manutenção dos filhos em locais (37%). A pesquisa demonstrou que 10 (dez) crianças estão estudando em escolas agrícolas de outros estados, situação esta apontada pela comunidade como negativa.

O baixo preço pago pela produção aparece como o segundo maior problema (27 %), enfrentado pelos pequenos produtores da região. A Assistência Técnica e Cursos de Capacitação (23 %), aparece em terceiro lugar como problema enfrentado pela pequena propriedade.

Alguns produtores procuraram realizar curso, minimizando a carência de assistência técnica. Destacamos os seguintes curso: Aplicação de Medicamentos, Inseminação Artificial, Processamento de Carne Suína, Organização Rural e Derivados do Leite.

A organização de iniciativas que comecem a materializar a existência de uma

dinâmica territorial, como feiras de agricultores familiares são um exemplo barato de como certas aptidões locais podem converte-se na base para a formação de novos laços de confiança e cooperação entre setores econômicos. Seminários voltados à descoberta de novos potenciais produtivos podem exercer um papel também de relevo neste sentido. Este tipo de iniciativa pode propiciar o surgimento de uma realidade intermediária entre o Estado e o município, capaz de articular as ações necessárias à formação e ao desenvolvimento de uma rede territorial, baseado em levantamento de demanda e potencialidades.

Tabela 7 – RENDA MENSAL BRUTA GERADA PELA PROPRIEDADE NA REGIÃO DE TRÊS BARRAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – MS NO ANO DE 2001

SALARIOS MÍNIMOS	PROPRIEDADES	PORCENTUAL
Menos que 1 salário mínimo	0	0
De 1 a 3 salários mínimos	5	10
De 3 a 5 salários mínimos	27	54
De 5 a 10 salários mínimos	13	26
Acima de 10 salários mínimos	5	10
TOTAL	50	100

Observa-se na Tabela 7, os baixos rendimentos das pequenas propriedades na região de Três Barras com média de 3 a 5 salários mínimos, o que evidentemente é compensado pelo baixo custo relativo da propriedade rural, considerando energia elétrica mais barata e utilização de insumos comerciais, parte da produção da propriedade supre o fornecimento alimentar das famílias.

A Tabela 8, demonstra que está ocorrendo um aumento na produção leiteira, bem como uma regularidade na produção nos meses considerados de poucas chuvas, devido ao investimento dos produtores na formação de capineiras, que garantem a alimentação do rebanho nestas épocas do ano.

Tabela 8 – LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO LEITEIRA E PREÇO PAGO AO PRODUTOR NA

## REGIÃO DE TRÊS BARRAS DE MAIO DE 2001 A MAIO DE 2002.

<b>MÊS</b>	<b>QUANT. DE LITROS</b>	<b>PREÇO POR LITROS</b>
Maio / 2001	7.207	0,27
Junho / 2001	7.628	0,27
Julho / 2001	7.510	0,27
Agosto / 2001	6.396	0,27
Setembro / 2001	7.699	0,27
Outubro / 2001	10.345	0,27
Novembro / 2001	10.578	0,22
Dezembro / 2001	11.618	0,23
Janeiro / 2002	10.234	0,23
Fevereiro ./ 2002	10.524	0,27
Março / 2002	10.737	0,27
Abril / 2002	10.527	0,27
Maio / 2002	10.135	0,27

Observa-se também na Tabela 8 que o preço por litro de leite pago ao produtor tem oscilado durante o ano, mantendo uma média de R\$ 0,27 (vinte e sete centavos) por litro, considerado muito baixo para permitir reinvestimento no setor. É por esse motivo que se constata que alguns produtores vendem seus produtos diretamente ao consumidor, ou revende a terceiros que comercializam de casa em casa nos bairros periféricos da cidade, contrariando legislação sanitária federal, estadual e municipal.

Constata-se na Tabela 8, que fato ocorreu um crescimento e regularidade na produção de leite na região de Três Barras, fruto do investimento do pequeno produtor rural na formação de capineiras. Observa-se a manutenção da produção nos meses de baixo índice pluviométrico. Quanto ao preço pago ao pequeno produtor de leite é muito baixo. A média anual apresentada nesta tabela equivale a vinte e três centavos por litro, menos da metade do preço que é vendido ao consumidor.

Os requisitos básicos traduzidos por meios inovadores, cuja importância



estratégica no contexto das transformações econômicas, tecnológicas e político - institucionais das últimas décadas, percebemos que para a promoção da inovação, são essenciais as características de cada território, a presença dos atores locais e a criação de redes formais e informais de cooperação, capazes de impulsionar processos de desenvolvimento local sustentáveis (MÉNDEZ, 2000).

No caso da região objeto de estudo, quando analisamos os principais agentes promotores da inovação e as redes institucionais de cooperação, tais como apoio ao associativismo, estímulo as atividades por centros tecnológicos, descentralização de competência das ações governamentais, formação e a existência de redes de cooperação, percebemos a existência de um longo caminho a percorrer.

O desenvolvimento rural é hoje um projeto extraordinário para todas as pessoas com o sentido entre as incertezas do desenvolvimento rural e as necessidades de melhor viver nos espaços rurais. Para ele, existe um paradoxo entre a aparente preocupação com o futuro do mundo rural, traduzido por políticas, iniciativas e programas para os espaços rurais e o processo de decadência de muitos espaços rurais (MARTIN, 2001).

O desenvolvimento em escala humana pressupõe inicialmente um permanente aprofundamento democrático, constituindo uma prática mais direta e participativa que estimule as propostas e soluções criativas que surgindo de baixo para cima, devem resultar coincidências com as aspirações, ilusões e desejos de cada pessoa. (MARTIN, 2001).

As análises de todas as variáveis identificadas através da pesquisa, sejam ponderáveis ou aquelas imponderáveis<sup>10</sup> ligadas mais ao emocional das pessoas entrevistadas, identificam-se situações que sinergicamente trabalhadas pelos atores locais de forma solidária e cooperativa, poderão resultar no desenvolvimento da região de Três Barras.

Conclui-se dos dados levantados, que a resposta à questão levantada na introdução é afirmativa. Existem alternativas para o desenvolvimento rural da região de Três Barras, destacando –se seguintes como mais importantes:

### **3.5.1 Fortalecimento da Instituição Associativista**

---

<sup>10</sup> Imponderáveis: dados que não podem ser quantificados através de variáveis matemáticas.

A Associação dos Moradores e Produtores da Região de Três Barras, fundada em 1998, nasceu de uma necessidade imperiosa de cooperação entre os pequenos produtores rurais, que necessitavam de reivindicar melhorias para os seus empreendimentos junto aos órgãos públicos.

A expressão associativismo, de maneira genérica, pressupõe todas as possibilidades de cooperação organizada entre pessoas físicas para a realização de um determinado objetivo.

Sempre foi uma constante nas reuniões com os produtores rurais a colocação sobre a importância da criação de uma associação para lutar pelo interesse da classe.

O modelo de Associativismo compreendido como uma mediação entre os interesses, desejos e aspirações pessoais e familiares dos trabalhadores rurais da região de Três Barras e o seu ambiente social, expressa a vontade coletiva, em fazer frente à conquista de melhores preços no mercado de seus produtos, demonstrar suas forças quando das reivindicações de serviços e também em políticas públicas.

Entretanto a capacidade de estabelecer relações sociais de cooperação com seus pares de forma a potencializar as forças produtivas e os meios de produção disponíveis nas pequenas propriedades rurais da região de Três Barras, ainda não é totalmente assimilada por todos trabalhadores. Existem aqueles que primeiro querem ter certeza do sucesso de alguma coisa para depois pensar em fazer parte. Esse comportamento egoísta, felizmente não é o predominante na região de Três Barras.

A forma de associativismo econômico formal da região de Três Barras, é fortalecida principalmente pelo grupo maior de produtores cuja atividade principal é a extração de leite. Entretanto outros associados não produtores não vêm na associação uma instituição importante por não atender mais diretamente suas necessidades.

Apesar de estar devidamente regularizada a Associação dos Moradores e Produtores da Região de Três Barras, ainda carece de maior organização e de incentivo a todas as opções disponíveis nas propriedades rurais, inclusive com um trabalho de “Marketing” da própria associação, resgatando a auto - estima dos produtores com a agregação de valores em seus produtos ou serviços.

É muito importante que a diretoria administrativa da associação seja capaz de mediar todas as relações interpessoais ou interfamiliares conduzindo todos os atores sociais

para uma convivência harmônica e criativa, despertando todos os produtores para a importância de solução concensuada para os problemas comuns.

### **3.5.2 Criação de um Laticínio - Escola**

Constata-se no diagnóstico realizado pela Comissão encarregada de elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, a exploração leiteira é tida com uma atividade polêmica, considerada por muitos e de forma geral como inviável. O fato é que discussões à parte, esta atividade nunca deixou de existir, e como qualquer outra atividade tem oscilações no mercado.

Estudiosos e profissionais que atuam nesta área, afirmam que os principais pontos de estrangulamento do ramo já foram claramente detectados e que a solução dependem de esforço de todos os seguimentos envolvidos.

O grande desafio é encontrar uma alternativa para esta atividade, tão importante no desenvolvimento do Município, seja de fato valorizada, e o produtor rural definitivamente possa realimentar o processo de produção, investindo mais na melhora do rebanho e de sua propriedade, saindo do ciclo vicioso do empobrecimento.

No Brasil, não existem estudos técnico-econômicos suficientes que indiquem a economicidade da produção de leite frente a diferentes sistemas de produção e escalas na condição específica de cada região produtora. A competitividade dos agricultores familiares na produção de leite depende de sua capacidade de atender as especificações de qualidade/custo e de uma escala suficiente para atender a uma renda familiar mínima (EMPAER, 1998).

A questão da produção leiteira, em nosso estado é tão complexa, que recentemente mereceu a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, visando detectar e equacionar a problemática do leite em nosso estado, que constitui uma preocupação tantos dos pequenos como dos grandes produtores.

Concluiu a comissão que a realidade da bacia leiteira do município de Campo Grande que não difere muito do diagnóstico realizado pela (EMPAER/MS, 1998), indicando o seguinte perfil tecnológico: Escassez de alimentação do rebanho no período seco do ano, baixo potencial genético dos animais, inexistência de manejo e conservação de pastagens,

deficiente manejo sanitário e reprodutivo dos animais, baixa qualidade do leite produzido, mão de obra não especializada, falta de conscientização dos produtores quanto à aplicação de uma administração rural mais moderna e por fim dificuldade na assimilação de uma mentalidade Cooperativista ou Associativista.

Mesmo considerando tantos aspectos negativos, há uma conscientização por parte de alguns produtores no investimento na formação de capineiras, na realização de cursos, na entrega do produto a empresa que disponibilizou um resfriador e que esta localizado estrategicamente na região, não realizando a venda para intermediários que fazem a venda direta ao consumidor, que além de ser uma contravenção à legislação vigente, coloca em risco a população com este tipo de comércio de leite sem refrigeração e sem pasteurização.

O ponto positivo na produção leiteira, em que pese o baixo preço pago ao produtor, é o fato de apresentar uma boa liquidez, sendo o pagamento por parte das cooperativas ou de laticínios sendo realizado mensalmente.

Segundo dados do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, o Município de Campo Grande – MS, pode ser considerado como essencialmente pecuário, tendo sua economia do meio rural alicerçada com mais de 90 % da área explorada em pecuária de corte e leite. Com uma área de pastagem superior a 650 mil hectares e grande parte delas em avançado estágio de degradação passa a ser dessa forma um grande potencial para se projetar um trabalho de recuperação de pastagens consorciadas com plantio de lavouras temporárias como: arroz, milho, feijão, mandioca, etc. transformando dessa forma em mais uma das alternativas de diversificação da agropecuária do município. No entanto, esta idéia esbarra num ponto polêmico, a grande escassez de máquinas agrícolas, sobretudo para atender os pequenos produtores rurais.

No caso da região de Três Barras, o esforço fruto do projeto piloto pioneiro na extinta Coordenadoria de Apoio Agropecuário do gabinete do vice- prefeito redundou na aquisição de um trator e implementos agrícolas que foram colocados à disposição da Associação para atender os pequenos produtores rurais daquela comunidade.

A reivindicação dos produtores rurais, membros da Associação de Moradores e Produtores da região de Três Barras ao poder público Municipal, para a criação de um laticínio de pequeno porte dentro da área onde esta localizada a Escola Municipal Agrícola “Arnaldo Estevão de Figueiredo”, fundamenta-se nas questões de ensino e no benefício

que trará para os produtores da região, agregando valor ao produto e podendo inclusive ser utilizado na merenda escolar da própria municipalidade.

Analisando esta questão, entende-se que sua viabilidade somente depende de vontade política, pois tecnicamente é plenamente viável, haja vista a existência de equipamentos na área de laticínios projetados para atender pequenos empreendimentos, com custo relativamente baixo.

Além da pasteurização do leite, o laticínio-escola poderia desencadear também a fabricação de queijos, iogurtes, bebidas lácteas, etc., produtos de alto valor nutritivo que poderia ser utilizado na merenda escolar municipal, constituindo em desenvolvimento para as propriedades cuja atividade é a exploração leiteira, incentivando o investimento na melhora da genética leiteira por parte dos produtores e sobretudo no retorno financeiro mais condizente com a realidade dos custos de produção.

Infelizmente a escola municipal agrícola da região de Três Barras devida delegações de competências com o poder público estadual, atua somente como ensino fundamental acrescentando na formação dos alunos noções de práticas agrícolas, carecendo de desempenhar o real papel de escola agrícola, que se traduz pelo ensino no nível médio. Há necessidade portanto que Estado e Município estabeleçam um convênio para implantação do ensino médio na Escola Agrícola “Arnaldo Estevão de Figueiredo”, considerando que as Leis de Diretrizes e Bases da Educação dá responsabilidade ao poder público estadual para execução desta tarefa. Deve haver, portanto a vontade política para resolver a questão.

Consideramos justa a reivindicação dos produtores sobre o laticínio escola constituindo em uma importante contribuição, dentro da cadeia produtiva do leite, como uma alternativa a mais para os produtores que tem como principal atividade em sua propriedade, a produção de leite, além de preencher uma importante lacuna no setor educacional e que também é uma justa reivindicação da comunidade local, como fator de desenvolvimento local.

### **3.5.3 Agroindustrialização rural de pequeno porte**

A agroindústria rural de pequeno porte – ARPP, vem sendo colocada com uma importante alternativa para promover o desenvolvimento dos agricultores familiares através da sua participação no processo produtivo e no mercado formal. No momento em

que se discute um novo papel para o meio rural, não mais apenas o de atividade exclusivamente agrícola, mas de pluriatividades, a pequena agroindústria vem merecendo destaque. Este modelo de agroindustrialização descentralizada e de característica familiar, é visto como capaz de impulsionar a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda, especialmente para os agricultores familiares. Pode proporcionar uma importante forma de (re) inclusão social e econômica destes agricultores e melhorar a sua qualidade de vida. Este tipo de industrialização oferece outras vantagens, tais como: a descentralização regional da produção de matéria prima, aproximando as agroindústrias do local da produção da matéria prima, a redução do custo de transportes, a ampliação das oportunidades de emprego no meio rural, a utilização adequada dos dejetos e resíduos como fertilizantes reduzindo o poder poluente. Isto pode favorecer um modelo desenvolvimento do local com valorização do meio rural e proporcionando uma melhor autonomia do espaço territorial, buscando a recuperação e a preservação ambiental (PREZOTTO, 1999).

Para os proprietários rurais da região objeto de estudo, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Já faz parte da sua própria história e da sua cultura, voltada para o consumo da família e em menor grau ao mercado local. Como exemplo, podemos citar a transformação a transformação de frutas em doces e bebidas, a elaboração de conservas em geral e a fabricação de queijos e embutidos e defumados de carne.

Mas é preciso pensar no papel dos governos nas diversas esferas administrativas na elaboração de políticas pública de apoio ao desenvolvimento, o acompanhamento e a legalização das pequenas agroindústrias. O atual governo Petista de Mato Grosso do Sul, a exemplo do que ocorreu no Distrito Federal, adotou o Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar, que associado à disponibilidade de recursos financeiros, são mecanismos facilitadores aos empreendimentos desta natureza. O PRONAF, criado pelo governo federal; também promove uma linha de crédito que vencidas as burocracias bancárias visa favorecer o empreendedor rural que busca tornar sua propriedade auto – sustentável.

Uma importante característica da agricultura familiar é a fusão que nela existe entre a unidade de produção e a família. Neste sentido é fundamental pensar a viabilidade e o desenvolvimento da agricultura familiar não só do ponto de vista econômico–produtivo,

mas de forma global, isto é, o conjunto de necessidades que a família e o sistema de produção apresentam para garantir a qualidade de vida à população rural.

A viabilização da agricultura familiar depende da construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo, tendo a agroindustrialização de pequeno porte uma importante alternativa. Este projeto deve garantir a democratização dos meios de produção e do acesso às políticas públicas e ao mercado, de forma que o desenvolvimento da agricultura não seja seletivo e excludente como é hoje. Além disso, um processo amplo de organização dos agricultores familiares é fundamental, buscando alternativas para a organização dos sistemas de produção e da comercialização, e uma forte organização política que apresente propostas e pressione o Estado para que as políticas públicas sejam prioritariamente ou exclusivamente voltadas para a agricultura familiar.

Independentemente da participação entendemos que a agroindustrialização rural de pequeno porte, é uma alternativa para agregação de valores a produção local constituindo em um fator para o desenvolvimento local da região de Três Barras.

### **3.5.4 Atuação das Instituições Públicas**

O poder público municipal tem papel determinante na implementação de um projeto de desenvolvimento. Ele deve assumir o papel de orientador e articulador de todas as forças e potencialidades da sociedade entorno do projeto, ou seja, deve ter a coordenação política dos agentes e instituições públicas e privadas na execução da proposta de desenvolvimento local.

A prefeitura municipal é o principal instrumento propulsor do desenvolvimento local, e portanto o seu papel principal não é a execução de ações fragmentadas ou de caráter assistencialista. O poder público deve criar instrumentos e políticas que contribuam na construção de uma nova perspectiva ao desenvolvimento municipal.

É importante que seja apresentada uma proposta de desenvolvimento global do município envolvendo todos os setores econômicos e sociais. Para tanto, temos que nos capacitar na leitura da realidade, na formulação de estratégias de desenvolvimento e na elaboração de políticas públicas municipais.

O orçamento participativo é um mecanismo pelo qual a comunidade pode participar da elaboração do orçamento, decidindo junto com prefeito, secretários e

vereadores, onde serão aplicados os recursos públicos. Ele garante a democratização do poder público e dão sustentação política as ações governamentais.

Outra forma de valorização da participação popular é a criação dos conselhos municipais e a democratização destes onde já existam. O importante é garantir a participação das organizações de todos os setores urbanos e rurais, na elaboração e definição de políticas específicas de cada setores e ao desenvolvimento local.

O Conselho deve ser o gestor do projeto de desenvolvimento, passando por ele a coordenação (elaboração, fiscalização e avaliação). A execução é mais ampla e passa pelo poder público e pelas organizações representativas da sociedade.

Os conselhos devem ser representativos de todos os setores do município, garantindo a representação paritária de trabalhadores e órgãos públicos e privados. Devem ter total autonomia de funcionamento e não podem estar subordinados a nenhum órgão, já que são representativos de todo os municípios. Além disso não podem ser criados por imposição da prefeitura, mas a partir do debate amplo com toda a população.

A participação da comunidade é decisiva na implementação de uma boa proposta de desenvolvimento, para garantir a transparência e a universalidade do poder público.

A combinação de uma gestão financeira participativa e transparente, com uma política salarial do funcionalismo público justa e uma ampliação da capacidade de investimento das prefeituras, é uma condição fundamental para o sucesso de qualquer administração com uma política voltada para o desenvolvimento do município, sem prejuízo para as LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS que compreende as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício, e orienta a elaboração do orçamento anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

O governo Estadual através de seus vários órgãos deve acompanhar o processo de desenvolvimento rural dos Municípios, considerando tanto os aspectos ligados à defesa sanitária animal e vegetal, como os aspectos ligados ao fomento e a políticas para assistência técnica e extensão rural e legislação flexibilizada para atender os pequenos empreendedores rurais.

As prioridades atuais para os pequenos produtores na região de Três Barras são as atividades de assistência técnica para que possam avançar na melhoria da produção e da



produtividade em suas propriedades. A assistência técnica deve adotar uma nova metodologia, a partir da construção de um novo referencial de ação, que considere o desenvolvimento integral dos sistemas de produção, superando a visão fragmentada e produtivista, adotando como meta à melhoria integral da qualidade de vida no campo.

Ao mesmo tempo em que se trabalha a construção de programas municipais de Desenvolvimento Rural e/ou Programas Regionais de Desenvolvimento, os diversos órgãos governamentais e não governamentais de assistência técnica e extensão rural devem trabalhar minimamente articulados. Esta articulação pode se dar em nível de redes envolvendo organizações governamentais e não governamentais.

A tarefa de recuperação do solo deve partir do esforço comunitário, com orientação técnica, para a realização de micro bacias, visando estabelecer uma ação corretiva sobre as águas oriundas das chuvas. Para que a curva de níveis que dão escoamento adequado às águas seja eficiente há necessidade de abranger todas as propriedades vizinhas, sob pena de um trabalho isolado não resolver o problema da erosão. Este é um bom exemplo para um trabalho articulado com os técnicos governamentais e os produtores rurais.

É indispensável promover o aproveitamento dos recursos naturais, preocupando-se com a capacitação dos agricultores familiares e grandes produtores, dentro de uma nova e adequada ótica conservacionista, rigor e energia sem acomodações na aplicação e cumprimento das leis pertinentes à questão ambientalista, sobretudo a lei da natureza – lei n.º 9.605 de 12/02/98. Portanto é fato consumado que o respeito ao meio ambiente, passa primeiro pela educação e sensibilização ambiental e depois a rigidez da aplicação das penas impostas pela legislação pertinente (FLORES, 1999).

Com o declínio da idade do pequeno produtor rural há uma natural acomodação e dificuldades em administração de sua propriedade. A própria locomoção para entrega dos seus produtos fica comprometida. Neste detalhe entra a figura inevitável do intermediário, que faz o papel que o produtor já não tem energia física ou disposição para fazê-lo, mas isto tem um custo, que muitas vezes a sociedade de forma pejorativa chama o intermediário de “atravessador”, o que na verdade é um trabalhador que ocupa também um espaço que se encontra em aberto, dentro da cadeia produtiva.

Há necessidade do pequeno agricultor familiar definir uma estratégia para a sua propriedade, no aspecto empresarial, investindo naquela atividade que mais lhe agrada e

que traga o retorno esperado. Observamos que apesar de existir uma atividade prioritária, como é o caso da produção leiteira, as demais como produção de frutas, frangos ou peixes por exemplo, não merecem a atenção por parte dos pequenos agricultores familiares. Aliás, todas atividades relativas à pequena produção devem ser contempladas com os conhecimentos dos modernos processos produtivos e de gerenciamento do negócio, para a possibilidade de obtenção de sucesso, uma vez em que o mercado extremamente competitivo, não permite espaço para atividades sem estes atributos. O novo empreendedor rural deve estar ciente do processo da globalização de produção, qualidade, produtividade, regularidade e sobretudo preço competitivo se quiser manter-se atuante no mercado.

A região de Três Barras possui bom potencial para o incremento e expansão da fruticultura tanto no aspecto de aptidão agrícola dos solos aqui destacados, como principalmente na facilidade e perspectivas de industrialização e comercialização em virtude da localização geográfica, mercado consumidor interno e externo disponibilidade de estradas entre outros fatores positivos.

Apesar dos aspectos considerados positivos da aptidão agrícolas do município, atualmente vivenciam o fato de Campo Grande – MS, ser um importador em potencial de alimentos, especialmente frutas e verduras. Entretanto o meio rural não deve ser visto apenas como base física de produção agrícola, pois neste caso, dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural.. Entretanto, quando o meio rural é encarado como de pluriatividades, seus horizontes podem ser ampliados.

Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica.

Em geral as restrições do quadro natural são mais limitantes em áreas de minifúndios. Nas unidades de produção maiores é possível a adequação do uso dos solos para diferentes finalidades. O declínio ou fortalecimento de um determinado sistema de produção pode ter correlação com a sua sustentabilidade ambiental.

Entende-se que os projetos de desenvolvimento desta região terão tanto mais chances de sucesso quanto mais forem capazes de diversificar em vários setores de atividades. O desenvolvimento territorial apoiando na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos da região, permitirão a existência de uma dinâmica cooperativa entre os diferentes atores sociais com o conseqüente

desenvolvimento rural da localidade.

## CONCLUSÕES

O desenvolvimento rural da região de Três Barras, localizada no Município de Campo Grande – MS, com base nos fundamentos teóricos de Desenvolvimento Local encontra-se em processo de construção. Em que pese alguns fatores negativos evidenciados pela pesquisa, principalmente relativos a questões sócio–ambientais, como são os casos de conservação de solo e pastagens, bem como a inexistência do ensino médio para a os filhos dos moradores e proprietários rurais, provocando a saída de jovens para estudar em centros urbanos até de outros estados e na maioria das vezes não retornam a propriedade, no entanto os recursos ambientais disponíveis e sobretudo o grande potencial humano na região capaz de desencadear um extraordinário processo de desenvolvimento local.

O desenvolvimento rural dentro dos conceitos teóricos de desenvolvimento local representa uma utopia que deverá ser perseguida como meta incansável, dentro da dinâmica que constitui o ser humano.

A implantação de pequenas agroindústrias rurais de pequeno porte, constitui importante alternativa para o desenvolvimento rural da região de Três Barras, caracterizando um processo de agregação de valor a matéria prima produzida na própria propriedade, através da diversificação da produção.

O fortalecimento da instituição associativista é crucial para que a região de Três Barras defina os caminhos para as conquistas dos anseios coletivos e consolide o capital humano e social existente na comunidade.

A criação do laticínio – escola bem como a implantação do ensino médio na comunidade seja uma escola tradicional, ou dentro da escola agrícola constitui a grande

evidência da pesquisa, por realçar a real preocupação da coletividade investigada com a formação dos filhos, naturais continuadores do desenvolvimento que serão herdados as gerações futuras.

É fundamental a participação dos representantes da região de Três Barras, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, no sentido de encaminhar e cobrar políticas públicas para a região, onde se contemple o desenvolvimento desta coletividade nos aspectos sociais e econômicos.

A luta por leis mais condizentes com a realidade da produção artesanal de produtos alimentícios deverá ser incansavelmente perseguida através de encontros e seminários, com o levantamento de propostas concretas para o encaminhamento aos órgãos competentes, e sobretudo ao poder legislativo, para que seja possível viabilizar legislação mais condizente com a realidade da pequena agroindústria rural, também no tocante a fabricação de produtos de origem animal, derivados de carne e leite, tais como: embutidos, queijos, peixes, mel de abelha, entre outros, atualmente de difícil acesso, devido à rigidez da legislação no que concerne a estrutura física exigida e equipamentos para a produção.

Considerando a riqueza de material social, econômico e ambiental disponível na região de Três Barras no Município de Campo Grande em Mato Grosso do Sul, espera-se que outros pesquisadores interessem pela região, desvendando outras riquezas e contribuindo para o desenvolvimento em escala humana daquela comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Palestra: Sete desafios para o desenvolvimento territorial. **In: abramov@usp.br**. São Paulo: Fundação Lyndolpho Silva, 1999.

\_\_\_\_\_. Desafios impostos pela volta do homem ao campo.- **In: Gazeta Mercantil**. Brasília: Gazeta Mercantil 02/10/2000.

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação Social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **In: Revista Interações** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v.1, n.1. Campo Grande: UCDB, Set/2000.

\_\_\_\_\_. **No município sempre a educação básica do Brasil**. Campo Grande: UCDB, 1999.

BEZERRA, Maria do Carmo Lima e VEIGA, José Eli da.(coords). **Agricultura sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/ Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000.

BITTAR, Mariluce. **A universidade e a formação para a cidadania**. Campo Grande: UCDB, 1996.

BITTENCOURT, Gilson. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **In: [www.nead.org.br/biblioteca](http://www.nead.org.br/biblioteca)**, 1999.

CAMPANHOLA, Cleiton: SILVA, J. G. da. **Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo rural Brasileiro**: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local. São Paulo: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Projeto Rurbano. **In: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>**, 1999.

\_\_\_\_\_. Projeto Rurbano. **In: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>**, 2000

CÁRPIO, José Martin. Desarrollo Local para un nuevo Desarrollo Rural. **In: Revista Interações** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v.2, n.3. Campo Grande: UCDB, Set/2001.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG) – 7º Congresso nacional dos trabalhadores rurais. Brasília, 1998.

DALTRO, Cella. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. mimeo: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz. 2002. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS (DESER). Agricultura familiar e desenvolvimento local. Curitiba, 1997.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-EMBRAPA. *<http://www.embrapa.gov.br>*

FIDELES, Vicente de Ávila. **Formação educacional em desenvolvimento local:** relato de estudo em grupo e análise de conceitos/Coordenação e responsabilidade técnica. Campo Grande: UCDB, 2000.

FLORES, Murilo Xavier e MACÊDO, Manoel Moacir C. Novos rumos do desenvolvimento rural. **In: Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** Foz do Iguaçu, 1999.

FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento. **In: CONTAG – 7º Congresso nacional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (1998).** Documento-Base : Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Brasília. 30 de mar a 04 de abr. 1998.

INFORMATIVO DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL, Campo Grande : UCDB, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS / PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – IPEA/PNUD, Relatório sobre o desenvolvimento humano, BRASÍLIA, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *<http://www.ibge.gov.br>*

LACKI, Polan. O que pedem os agricultores e o que podem os governos. **In: FAO - Polan.Lacki @ fao.org**, 2001.

LE BOURLEGAT Cleonice Alexandre. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande:** articulações

espaço-temporais. Presidente Prudente: UNESP 2000. [Tese de Doutorado em Geografia]

MARKUS , Brose. **Agricultura Familiar, desenvolvimento e políticas públicas**. Rio Grande do Sul, EDUNISC, 1999.

MÉNDEZ, Ricardo. Procesos de innovación en el territorio: Los medios innovadores. **In: ALONSO, J. L.; MÉNDEZ, R.; Innovación, pequeña empresa y desarrollo local en España**. Madrid: Civitas, 2000.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social** – Teoria e criatividade. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Redução das desigualdades sociais – Agricultura Sustentável. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio Parceria 21, 2000.

NUNES, Márcia B.M.L; SCHWARTZMAN Simon e Wrobel,Vera. **Estratificação Social e Educação**: Caminhos e Alternativas para o Homem do Campo. vol. 16. mimeo: Revista de Ciências Sociais, 1977.

PREZOTTO, Leomar Luiz. **A Agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo a legislação sanitária**. Santa Catarina: UFSC, 1999 [Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrárias]

\_\_\_\_\_, A pequena agroindústria e a legislação sanitária. **In: IV Curso de implementação de Programas de Verticalização da Pequena Produção Familiar**. Brasília: CNPq, 2001.

PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE,



Coordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento Rural, Gabinete do Vice Prefeito, Campo Grande, 1997.

REVISTA VEJA, Ano 35 n.º 17, edição 1749. São Paulo: Ed. Abril, maio/2002.

\_\_\_\_\_, Ano 35 n.º 49, edição 1781. São Paulo: Ed. Abril, dezembro/2002.

RIBEIRO, Marlene. Educação básica do campo: Um desafio aos trabalhadores da terra, Palestra, 12/03/2000 BNAF.

SANTOS, M. O retorno do território. **In: Território globalização e fragmentação**. 4 ed. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura (*org.*), São Paulo: HUCITEC, 1998.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE CAMPO GRANDE. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Campo Grande: PLANURB, EMPRESA, EMPAER/MS, 1998.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas. sd.28p. (mimeo).

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

TORRAS, Maria e col. **La participación de los pueblos en su desarrollo**: Fundacion para el tercer mundo. España: INTERMON, Julio/1995.

TENDLER, J. Rural development without the urban divide: Decentralizations, participation, and other things local (Trabalho apresentado no Seminário Internacional: Interrelación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado). México: Taxco/Guerrero, Abril, 1997.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO, Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Local. Mestrado Acadêmico. Informações Gerais, 2002.

\_\_\_\_\_, PROGRAMA - DESENVOLVIMENTO LOCAL DE ROCHEDINHO, Relatório Parcial, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, 2000.

VEIGA, José Eli da. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **In: Comunicação ao GT processos Sociais Agrários do XX Encontro Nacional da ANPOCS.** Caxambu: Anais do XX Encontro Nacional da ANPOCS, 1996.

VEIGA, José Eli. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **In: Cadernos de Ciência e Tecnologia.** Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 1996.

\_\_\_\_\_. **A face rural do desenvolvimento:** natureza, território e agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_ & ABRAMOVAY, R. **Análise (diagnóstico) da inserção do PRONAF na Política Agrícola** - 1º Relatório (de andamento). mimeo: Convênio IPEA/FIPE n.º. 07/97, 1997.

VOLKER, K. **Agricultura, Ecossistemas e Desenvolvimento**, 1997. (mimeo)

# ANEXOS

## ANEXO 1

### QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL

PESQUISA DE CAMPO

1) Identificação

DATA: \_\_\_\_\_

NOME DA PROPRIEDADE							
NOME DO PROPRIETÁRIO E ESTADO DE ORIGEM							
Nº DE MORADORES		SEXO M		IDADE: < 18		26 A 33	
		SEXO F		DE 18 A 25		34 A 41	
NOME DO ENTREVISTADO						42 A 50	
						> 51 A	
ENDEREÇO / DISTÂNCIA CG							

2) INFRAESTRUTURA ATUAL

ÁGUA ENCANADA		LUZ ELÉTRICA		TELEFONE	
CASA ALVENARIA		VEÍCULO PROP		PROPRIET. ?	

3) COMPOSIÇÃO DA PROPRIEDADE

TOTAL DA ÁREA		RESERVA		PASTAGEM	
ÁREA - CULTURA		CAPINEIRA		ACÚDE	
PRINC. ATIVIDAD.		ATIV. SEG.		PRODUÇÃO	

4) – SITUAÇÃO ATUAL DA PROPRIEDADE

CASA MORADIA		CASA EMPREGADO	
CERCAS		COCHOS	
POMAR		GALPÕES	
CURRAL		EQUIPAMENTOS	

5) - GRAU DE INSTRUÇÃO DO PROPRIETÁRIO:

6) - FILHOS EM IDADE ESCOLAR QUE MORAM NA PROPRIEDADE:

7) - FILHOS MORANDO FORA POR CAUSA DOS ESTUDOS:

8) - FILHOS NÃO ESTUDANDO: MOTIVO

## 9) QUESTIONÁRIO (SEMI-ESTRUTURADO)

9.1 - Qual a Renda gerada pela propriedade?

9.2.- Já utilizou Crédito Rural ?

9.3.- Qual o sexo e a idade da mão de obra familiar ?

9.4.- Utiliza mão de obra de terceiros ? Quantos

9.5 -É suficiente para a manutenção da propriedade e da família ?

9.5.- A Renda gerada pela propriedade é satisfatória?

9.6.- É possível aumentar a renda da propriedade? O que seria necessário?

9.7.- Qual o principal tipo de problema enfrentado na propriedade?

9.8 - Em qual nível de governo acredita existir solução ?

9.9.- Qual o seu maior sonho como agricultor familiar?

9.10 - Qual a situação sócio - econômica que considera ideal para sua família?

9.11 - Quais são as reivindicações básicas para o poder municipal, estadual e federal ?

9.12 – Pensamento a respeito da Associação?

9.13 – Existem planos futuros para o seu empreendimento rural ?

## ANEXO 2

### LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



FONTE: SEFOP - MS